



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ata nº 1/2023-----

-----1ª Sessão extraordinária de 2023 – Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 6 de fevereiro de 2023 -----

-----Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, em cumprimento da convocatória emanada nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em sessão extraordinária, realizada no Salão Nobre dos Paços do Concelho, na freguesia e concelho de Portimão, sob a presidência da sua Presidente, **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café** e **Sheila Gassin Tomé**, respetivamente Primeiro e Segunda Secretária da Mesa.-----

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Carlos Eduardo Gouveia Martins	Partido Social Democrata
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente
Paulo Jorge Nascimento Canha	CHEGA
José Manuel Figueiredo Santos	Partido Socialista
Natalino Gomes Alves	Partido Social Democrata
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco Esquerda
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CD - PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
Sheila Gassin Tomé	Partido Socialista
Américo da Conceição Leonor Mateus	Partido Social Democrata
Jorge Melo	CHEGA
José Luis Barbudo	Partido Socialista
Eduardo Gonçalves	Partido Social Democrata
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Daniela Duarte	PAN
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira	Bloco Esquerda
Rodrigo Jorge Tomé	CHEGA
Alzira Calha	Partido Socialista
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
Cristiano Malha Gregório	Partido Socialista
Maria da Luz Santana Nunes – Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Ivo Miguel Inácio Carvalho – Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes – Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Pedro Moreira	1	06/02/2023	Cristiano Malha Gregório
PS	Carlos Osório	1	06/02/2023	José Luis Barbudo
PS	Marina Esteves	1	06/02/2023	Alzira Calha
PSD	Cristina Velha	1	06/02/2023	Raquel Bernardino
PSD	Raquel Bernardino	1	06/02/2023	Ricardo Viana
PSD	Ricardo Viana	1	06/02/2023	Bruno Candeias



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



PSD	Bruno Candeias	1	06/02/2023	Maria Augusta Rodrigues
PSD	Maria Augusta Rodrigues	1	06/02/2023	Filipa Maria Marques
PSD	Filipa Maria Marques	1	06/02/2023	Rui Norte
PSD	Rui Norte	1	06/02/2023	Miguel Afonso Pereira
PSD	Miguel Afonso Pereira	1	06/02/2023	Rita Reis
PSD	Rita Reis	1	06/02/2023	Eduardo Jorge Gonçalves
CHEGA	Mário Espinha	1	06/02/2023	Patrícia Ferro
CHEGA	Patrícia Ferro	1	06/02/2023	Jorge Melo
CHEGA	Luís Custódio	1	06/02/2023	Rodrigo Jorge Jeremias

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo:-----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora - Partido Socialista
José Pedro Henrique Cardoso	Vereador – Partido Socialista
João Vasco Gambôa	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Luis Manuel de Carvalho Carito	Poligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Ana Maria Chapeleiro Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador – CHEGA

-----Por parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não estiveram presentes: -----

Isilda Maria Prazeres Vargues Gomes	Presidente – Partido Socialista
-------------------------------------	---------------------------------

-----Quando eram vinte e uma horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **1ª Sessão Extraordinária de 2023**, cumprimentando todos os presentes e referindo que a senhora Presidente da Câmara Municipal apresentou uma comunicação, no sentido que por estar ausente do país, em reuniões do Comité das Regiões não pode estar presente nesta Assembleia Extraordinária. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que ele, não querendo prejudicar a intervenção do público, queria submeter à apreciação da mesa, a exemplo do que já aconteceu noutras sessões, que fizessem aqui um voto de pesar e de solidariedade e um minuto de silêncio em memória das vítimas do terrível sismo que aconteceu esta madrugada na Síria e na Turquia, porque acha que, enfim, é de elementar solidariedade e humanismo manifestar aqui o pesar para com aquelas populações que estão fustigadas por aquela calamidade que está a afetar toda aquela zona. Era só isso. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que agradece a intervenção do deputado e aceita obviamente o pedido do voto de pesar. Eu penso que nem valerá a pena, mas quem quiser associar-se, quiser intervir, dos outros grupos parlamentares, façam favor de indicar se alguém quiser usar da palavra. Se ninguém quiser usar da palavra, faremos de imediato um minuto de silêncio. -----

----- Uma vez que se apresentaram três inscrições para o período designado para a intervenção dos cidadãos, a senhora Presidente principiou por abrir o ponto 1) - período designado para a intervenção dos cidadãos, dando a palavra à primeira cidadã inscrita, **Irina Ferreira**, cuja intervenção se transcreve na íntegra: -----

----- «Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal, senhores deputados e executivo. Estou aqui enquanto representante de um grupo de pessoas que se encontram atrás de mim e que me acompanham, um grupo de encarregados de educação, de docentes, de pessoal não docente, técnicos especializados no agrupamento de escolas Júdice Fialho. -----

----- A Comunidade Educativa do Agrupamento de Escolas Júdice Fialho vem por este meio reforçar, uma vez mais, a necessidade do município de Portimão cumprir com as suas responsabilidades e competências, no sentido de assegurar as condições de funcionamento, essenciais às escolas do nosso agrupamento. É evidente a degradação dos espaços interiores e exteriores das várias escolas do agrupamento, a ausência de assistentes operacionais e assistentes técnicas, a incapacidade de resposta por parte dos espaços de refeição, a falta de condições de segurança dos alunos nos espaços de recreio, entre muitas outras situações que têm vindo a ser denunciadas, ao longo dos últimos anos, não se tendo, no entanto, verificado até à data, as intervenções que consideramos mínimas e necessárias. -----

----- Passo a transpor alguns problemas que a comunidade verificou que são transversais às várias escolas: -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



- - Falta de equipamento tecnológico adequado (maioria dos computadores e projetores existentes estão completamente obsoletos e avariados); -----
- - Défice de Profissionais não docentes, o que não permite a confeção cuidada das refeições, a segurança e os cuidados necessários às crianças; -----
- - Ausência de isolamento térmico e de climatização nas salas, que se caracterizam por grandes amplitudes térmicas desconfortáveis (verão/inverno), o que inviabiliza o bem-estar e a concentração necessária em sala de aula; -----
- - Intervenção pouco expedita, não ocorrendo em tempo útil, de pequenas situações críticas e urgentes (por exemplo, roturas na canalização, nos sanitários das crianças, com gasto de água excessivo e implicando a sua inutilização durante dias);-----
- - Necessidade urgente de substituição da areia das diferentes caixas dos espaços exteriores; -----
- - Falta de técnicos de intervenção especializada como professores de ensino especial, terapeutas da fala, terapeutas ocupacionais, psicomotricistas com capacidade de resposta adequada às necessidades identificadas; -----
- - Insuficiente articulação com a comunidade, através de visitas de estudo, saídas de campo, articulação com outras entidades (limite reduzido na cedência de transporte por parte da CMP). -

- Necessidades relativas a EB2,3 Júdice Fialho: -----
- - Colmatar a falta de assistentes operacionais, uma vez que alguns destes foram destacados para as salas de aulas provisórias no espaço "Raiz", onde se desenvolvem atividades letivas com duas turmas do primeiro ciclo; -----
- - Necessidade de arranjo ou substituição urgente das portas interiores das salas de aula; -
- - Colocação de um espaço de sombra e abrigo de condições climatéricas adversas, entre o edifício principal e o pavilhão desportivo; -----
- - Organização de um espaço exclusivo para a biblioteca (sem salas de aula a funcionar dentro da mesma); -----
- - Criação de salas específicas para a disciplina de Educação Tecnológica (bancadas de carpinteiros, equipamentos e materiais necessários e indispensáveis para operacionalizar os conteúdos práticos); -----
- - Um pequeno auditório ou sala polivalente com lugares sentados para acomodar várias turmas em atividades diversas (palestras);-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- - Laboratórios equipados para as disciplinas específicas de Ciências Naturais e de Físico-Química; -----

----- - Melhorar a iluminação em todas as salas de aula. -----

----- Necessidades relativas a EB1 Pedra Mourinha: -----

----- - Substituição do piso interior, que apresenta buracos abertos e que colocam em causa a segurança das crianças; -----

----- - Pintura e substituição, sobretudo dos tetos, devido a infiltrações pluviais no telhado; ----

----- - Arranjo do telhado, uma vez que chove em algumas salas; -----

----- - Controlo de pragas nos edifícios, uma vez que no período de verão se verifica infestação de baratas; -----

----- - Ampliação do refeitório; -----

----- - Criação de um ginásio, inexistente pois foi convertido em refeitório, privando os alunos da prática da expressão físico-motora com pouca qualidade; -----

----- - Requalificação do espaço exterior de recreio. -----

----- Necessidades relativas ao JI Pedra Mourinha: -----

----- - Manutenção geral (pintura, etc.); -----

----- - Substituição dos estores das salas; -----

----- - Arranjos das casas de banho das crianças; -----

----- - Arranjos e substituição dos equipamentos do espaço exterior, como baloiços, escorrega e bancos de madeira degradados e perigosos; -----

----- - Substituição do pavimento exterior pois o piso encontra-se desnivelado, colocando em risco a segurança das crianças. -----

----- Necessidades relativas a EB1 Chão das Donas: -----

----- - De acordo com informação fornecida não oficial, não se apresenta, neste documento, a extensa lista das necessidades urgentes e prementes, uma vez que, estas escolas serão intervencionadas nos próximos 2 anos. -----

----- Necessidades relativas ao Espaço Raiz -----

----- Disponibilizar material pedagógico (retroprojektor, quadro interativo, tela...) e mobiliário (situação que foi sendo parcialmente remediada, após participação da falta de condições mínimas). -----

----- Esta solução foi apresentada como sendo provisória, pelo que esperamos que não se prolongue no tempo. Muito agradecida pela vossa atenção e espero que tenha a melhor consideração de todos, porque trabalhamos e desejamos uma escola com melhores condições



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



para os nossos alunos, para as nossas crianças, para os nossos filhos, porque também estou aqui enquanto encarregada de educação, porque todos merecemos, os nossos filhos, os nossos jovens merecem realmente melhores qualidades, e este município deve colaborar. Nesse sentido, estamos certos que o farão e agradecemos toda a vossa atenção. Muito obrigada». -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, agradeço a sua intervenção, vou dar a palavra às pessoas que estão inscritas a seguir, e depois explicarei o que é que se sucede nestes casos normalmente. Está bom? Obrigada.-----

----- Em seguida, ficou com o uso da palavra, o segundo cidadão inscrito, **José Paulo da Silva Vitorino**, cuja intervenção se transcreve na íntegra: -----

----- «Boa noite senhora Presidente, senhores deputados, membros do executivo e todos os restantes membros presentes aqui na sala. Pronto, eu não vinha aqui com um discurso preparado, mas venho manifestar aqui, como representante de pais, a falta de, neste caso, vou logo específico ao assunto, de animadores, ok? Na escola EB1, mais conhecida pela escola Cor-De-Rosa. -----

----- Eu já fiz uma vez uma exposição ao município, à qual a resposta não foi do nosso agrado, em que o rácio são vinte e cinco crianças para uma animadora, ora se são três salas, são setenta e cinco crianças e dá três animadoras. Bom, dito isto, obviamente não estão lá as setenta e cinco crianças, mas estão sempre mais de cinquenta. O rácio que me foi apresentado, foi cinquenta e sete, mas a média são sessenta e dois, sessenta e três. Digo este sessenta e dois, sessenta e três, porque é uma informação da parte da associação de pais que também já entrou em contacto com o município. E eu gostava de desafiar aqui, que também somos, a maior parte são pais, como é que conseguiam dois adultos, e estamos a falar mesmo com as cinquenta e sete crianças que me responderam, que já ultrapassa dos cinquenta. É impossível. E depois temos outra questão, que é, faltam, as pessoas são humanas, também ficam doentes. Basta faltar uma, já só temos, fica uma e depois já trabalha com os mínimos, quando colocam POC. Os POC hoje estão, amanhã não estão. Eu acho que deveriam de trabalhar com os mínimos a nível de pessoal efetivo e depois poderiam ter os POC. Há uma baixa, há uma coisa, temos já alguma substituição. A questão é que é complicado. Basta uma criança também querer ir à casa-de-banho lá vai a animadora com a criança à casa-de-banho e fica uma só para todas as restantes. E é aquilo que nós costumamos dizer, pode faltar tudo até comida na mesa, mas a segurança dos nossos filhos... são os nossos filhos. Pronto, basicamente é isto, é uma coisa simples, mas que é algo complexa. Eu também percebo que é difícil arranjar colaboradores para trabalhar. Eu sei, mas a minha filha andou lá na pré, já tem onze anos, este problema já existia, agora tenho lá o meu pequeno e continua a existir e esta informação que eu fiz, que eu recebi a resposta no dia 22 de março do ano de 2022,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



começamos com um novo ano letivo e continuamos com o mesmo problema, ou seja, podíamos dizer assim, olha, é um ano atípico, é uma exceção, mas não, já tem vindo a ser recorrente, e eu acho que num município de excelência a educação tem que estar sempre em primeiro plano. Obrigada, peço desculpa por alguma coisa». -----

----- Em seguida, ficou com o uso da palavra, a terceira cidadã inscrita, **Sílvia Maria Fernandes de Sousa**, cuja intervenção se transcreve na íntegra: -----

----- «Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal, senhores deputados e restante executivo. Estou aqui como encarregada de educação de um aluno da escola secundária Poeta António Aleixo, e venho solicitar o reforço da segurança no interior e no exterior da escola. O meu filho foi vítima de roubo e agressão na paragem do autocarro em frente à escola às quinze e trinta após o final das aulas. Apresentámos no mesmo dia queixa na PSP, dia 21 de dezembro, era o último dia de aulas da escola. -----

----- Nesse dia, outros alunos da mesma escola foram roubados e agredidos, todos perto da escola no regresso a casa. Soubemos disto, porque estavam na PSP, e no dia seguinte encontrámos outro aluno no hospital. -----

----- Fomos, no dia seguinte, ao hospital para fazer prova da agressão, junto do médico de medicina legal. Este episódio foi traumático para o meu filho e todos os dias se sente inseguro e com receio que o mesmo lhe volte a acontecer. -----

----- Reuni com a direção da escola, à qual relatei o incidente, mas foi-me dito que a segurança dos alunos do portão para fora da escola não é da competência da escola. Perante isto, resta-me apelar a vossas excelências, venho por este meio então solicitar que tomem medidas para ajudar a prevenir estes incidentes, de modo a que o meu filho, os vossos filhos e todos os alunos possam ter a segurança necessária para poder frequentar a escola. Obrigada pela vossa atenção». -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para agradecer a intervenção da cidadã, e dizer que cumpre-lhe agora informar. Portanto, nós somos um órgão deliberativo, a Assembleia Municipal e, portanto, deliberamos aquilo que são os documentos estratégicos, e depois temos o executivo, que é a Câmara Municipal que, e efetivamente é o órgão executivo, é o órgão que executa as diversas políticas. Nós discutimos aqui as questões macro, mas estas questões foram ouvidas por todos os grupos parlamentares, obviamente que tomaram nota da situação. O executivo fica registado, nós, a mesa da Assembleia Municipal regista as intervenções e mandaremos para o executivo, para a senhora Presidente de Câmara, que distribuirá pelo executivo, pela entidade, pelo vereador



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



competente, ou vereadora no caso e, portanto, depois receberá uma resposta. Está bem? Pronto, é assim que funciona. Obrigada pela vossa intervenção e pela vossa presença. -----

----- As respostas não serão tão simples assim como eu dei relativamente às vossas intervenções, portanto, o conteúdo será depois respondido devidamente por quem de direito. Obrigada. -----

----- Não sei se perceberam ainda agora e eu não clarifiquei, o deputado João Caetano pediu um minuto de silêncio pela tragédia que aconteceu hoje, infelizmente quer na Turquia, quer na Síria e, portanto, nós de imediato acedemos todos a fazer esse minuto de silêncio, é uma questão de humanidade e, portanto, não sei se perceberam logo na altura, mas como eu pus logo de imediato o cumprimento, desse pedido e, portanto, é também para explicar o que é que se passou há pouco. Obrigada. -----

----- Terminado o período designado para a intervenção dos cidadãos, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra relativamente ao **Ponto 2.a) Discussão e Votação do Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Portimão e a EMARP – Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, E.M., SA, para a adoção de preços sociais para o ano de 2023 – “Os contratos-programa são aprovados pelo Órgão Deliberativo da entidade pública participante, sob proposta do respetivo Órgão Executivo”, nos termos do nº 5 do art.º 47 da Lei nº 50/2012 de 31/09 - nos termos da Proposta - Deliberação nº 878/22.** -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/ Nós Cidadãos/ Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marque Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente a este ponto, a este contrato de promessa, a este Contrato-Programa a celebrar entre Portimão e a EMARP, é um ponto semelhante que vem aqui todos os anos, que visa fixar o preço social para 2023 e, portanto, a transferência do montante necessária para cobrir estes montantes do Contrato-Programa. Nós vamos acompanhar este ponto, como é óbvio, dando nota que, à semelhança dos anos anteriores, e à semelhança dos anos anteriores foi isso que a nossa bancada aqui assinalou, os montantes transferidos pecaram por escassos, tanto que este ano vai ser necessário reforçar o valor em quarenta mil euros para fazer face ao Contrato-Programa, esperamos que este montante seja suficiente, e pergunto aqui ao executivo, caso o montante não se revele suficiente, qual é a medida que pensa adotar. E por agora disse. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que em primeiro lugar gostava de esclarecer uma situação. Porque a Câmara, o executivo ano após ano vem anunciar sempre medidas de reforço para os carenciados e para aqueles que têm menores rendimentos, o que é facto, é que são sempre os mesmos, e para que não sejam sempre os mesmos, eu faço uma pergunta. Qual é o valor máximo desta tarifa social? Em termos de despesa, qual é o valor máximo da tarifa social? Se é o mesmo valor dos outros anos, ou se esta tarifa social aumenta, e se dentro desta tarifa social, porque nós sabemos que o valor da água na nossa fatura é um terço do valor total, se também está, eu penso que sim, mas é uma questão que eu gostava de esclarecer, se o valor, portanto, se esta tarifa social incide sobre o valor total da fatura, ou se apenas da água. -----

----- Eu penso que o município perante a situação que se avizinha de nada fácil para, e principalmente agora, para a classe média, deverá, como é lógico, preparar outras medidas para ajudar a população. Já agora, e que está fora do contexto, mas eu, e porque estamos aqui em representação da população portimonense, eu gostava de entregar à senhora Presidente da Câmara que não está presente, mas vou entregar à senhora Presidente da Assembleia Municipal, um convite para que, é um convite que a senhora Presidente em tempos já fez um cordão à volta do hospital por situações muito menos graves do que aquelas a que estamos a assistir, eu convidava a senhora Presidente, a senhora Presidente da Assembleia e todos os membros do executivo, como na altura fizeram, o tal cordão por falta da maternidade fechar durante um dia ou dois dias, e agora constantemente isto está a fazer. Portanto, isto é, sai fora do ponto, mas é um ponto que para mim é importantíssimo que nós assumamos aqui. O convite é feito, entregue à mesa, a senhora Presidente há-de fazer chegar isso à senhora Presidente de Câmara, esse convite. -----

Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, ó senhor deputado, eu pedia que nos... nós temos a Assembleia Extraordinária com três pontos da ordem de trabalhos.

----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, para dizer que isto é um convite, senhora Presidente. É um convite que eu faço, não é nada de especial. -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, ó senhor deputado, eu peço desculpa mas temos que ter regras na nossa intervenção, senão misturamos alhos com bugalhos como se costuma dizer e não chegamos a conclusão nenhuma e confundimos as coisas o que nós não queremos. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, bom, sobre este ponto tenho dito, espero pelas respostas do executivo.

----- Eu não confundo, apenas falo em nome dos portimonenses e é preocupação dos portimonenses, é um órgão próprio para se discutir os assuntos, portanto compete-me a mim dizer isso. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhor deputado, já usou da palavra e já pôs as questões relativamente ao ponto da ordem de trabalhos que estamos a discutir. Esta não é uma Assembleia Ordinária com moções, etc. é uma Assembleia Extraordinária que tem três pontos da ordem de trabalhos e, portanto, é sobre esses que vamos discutir para sermos metódicos e organizados na nossa discussão. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PAN **Daniela Marlene da Conceição Duarte**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente a este ponto, foram consultar o regulamento da EMARP e no ponto três no artigo trinta e nove diz-nos que há benefícios tanto para os funcionários da autarquia, como para funcionários do setor empresarial aqui em Portimão. Neste sentido, queremos saber quantos são os beneficiários em condições sociais e quantos são os beneficiários funcionários da autarquia. Qual o impacto financeiro do desconto a funcionários, e se está a ser divulgado este desconto para funcionários das empresas locais. Para terminar, deixamos a sugestão de aumentar as campanhas de redução do consumo da água, porque pelas nossas contas desde 2018 o consumo da água tem vindo a aumentar. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que em primeiro lugar, respondendo ao senhor deputado Natalino Alves, por acaso o número de famílias quase que se manteve de um ano para o outro, isso até dá também para o elemento do CDS. O número de famílias passou de seiscentos e sessenta e três para seiscentas e sessenta e sete. O número de metros cúbicos, é que aumentou e muito, o gasto do consumo da água é que aumentou e muito e, portanto, foi o único ano em que o que prevíamos não foi suficiente, foi o ano passado. Todos os restos dos anos têm, e a EMARP assumiu, as famílias não ficaram prejudicadas com isso. Por isso mesmo é que este ano trazemos para esta Assembleia para aprovar o valor de cento e quarenta mil euros, e é isto que queremos aqui, e por isso é que trouxemos mais uma verba e também pensamos que as famílias com a crise que está, vai ser necessário mais apoios sociais.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Respondendo a tarifa, o preço da tarifa pagam-no pelos metros cúbicos, é sempre pelos mesmos metros cúbicos e, portanto, eu passaria a palavra ao Dr. Pedro Romão que é para este assunto ficar bem esclarecido aqui na nossa Assembleia. Portanto, faça favor. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o diretor geral da EMARP, Dr. **Pedro Romão**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que o regulamento municipal estabelece as regras da atribuição e, portanto, há uma isenção da tarifa fixa, portanto, e independentemente do consumo é sempre pago pelo primeiro escalão, portanto, e engloba os três serviços, quer a água do abastecimento, quer as águas residuais, quer a gestão dos resíduos urbanos. Portanto, a recolha e o tratamento. Em traços muito gerais, portanto, é isto que está previsto no regulamento municipal. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que vê que ali têm seiscentos sessenta e sete pessoas que vão usufruir deste apoio, e gostaria de saber quantos é que foram indeferidos. E mesmo assim, ao ver o nosso universo do nosso município, eu acho que seiscentos e sessenta e sete pessoas até é pouco para aquilo que eu acho que a população aqui precisa, eu acho que devia haver um gabinete de apoio para apoiar as pessoas mais idosas que desconhecem por completo este tipo de apoios, e estas pessoas que recebem reformas muito pequenas que não têm apoio muitas vezes até da parte das famílias, acho que um gabinete de apoio social podia dar mais apoio a estas famílias, para que essas famílias e estes idosos pudessem recorrer a este apoio. Para já fico-me por aqui, gostaria de saber quantos indeferidos foram neste apoio. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Natalino António Gomes Alves**, para dizer que o esclarecimento que queria ter era o seguinte. A tarifa, o primeiro escalão tem um determinado número, valor ou número de consumo de metros cúbicos de água. Eu pergunto se esse consumo é igual para uma família de quatro ou de cinco pessoas, visto que o contador é igual para quem tem duas pessoas, para quem tem uma pessoa e para quem tem uma família de quatro ou de cinco. O escalão é o mesmo, é um, e penso que o que aqui foi dito, é que a tarifa social incide apenas para o montante do primeiro escalão. Não? Então peço desculpa, por isso é que eu estou a pedir esclarecimentos. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, respondendo ao deputado Pedro Mota, todas as famílias que pedem apoio na nossa ação social, é-lhes dado esse apoio. E mais, no relatório da senhora Presidente vem lá os casos que são recusados. Portanto, no relatório do final do ano da senhora Presidente



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



vem lá quantas pessoas foram atendidas e o que foi recusado e, portanto, no relatório poderá ver esse número. -----

----- Depois, o que o deputado Natalino está a perguntar, é que todas as pessoas desta tarifa pagam sempre sobre o primeiro escalão, senhor deputado. Independentemente do consumo, pagam sempre sobre o primeiro escalão, não muda de escalão. Não, não, pode ter uma família numerosa ou não, mas paga sempre pelo mesmo escalão. Está bem? O valor é sempre pelo primeiro escalão. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer ao senhor Vice-Presidente que ficou na dúvida em relação à sua resposta. Porque a questão que foi aqui colocada, parece-me a mim, ou fui eu que não percebi, ou foi o senhor que não respondeu, parece-me a mim que ficou por responder. A questão aqui é muito simples, são cento e quarenta mil euros mais IVA para 2023, ou seja, para compensar a EMARP daquilo que vai atribuir de tarifas sociais, mas a questão é que o número de pedidos vai aumentar exponencialmente. A própria técnica aqui na informação refere isso, e ainda que não referisse, é de senso comum. Com as dificuldades que estão a acontecer no dia-a-dia para muitas famílias e para toda a população com o aumento do custo de vida, é mais que espetável que este montante não seja suficiente e infelizmente para fazer face ao número de pedidos da tarifa social no final do ano e, portanto, a questão aqui é muito simples, a Câmara, se se verificar um aumento considerável deste montante, vai reforçar esta verba, ou vão ficar pessoas sem ter acesso à tarifa social, pessoas sem cinquenta mil euros. A questão é muito simplesmente essa e, portanto, qual é o teto máximo que a Câmara prevê contemplar para o acréscimo de pedidos que possam ocorrer durante este ano. É só isso que nós queremos ver esclarecido. Que fique bem claro que esta bancada pelo menos não está contra, antes pelo contrário, está favorável a esta tarifa e à assunção destes encargos junto da EMARP. Porque como acabei de dizer, cada vez mais é necessário dar estes apoios às pessoas, e não estamos a falar de pessoas que tenham poucas posses, estamos a falar de classe média, da classe média que infelizmente está a ser prejudicadíssima com esta crise, com a inflação, com a subida do custo de vida e que muitas vezes não tem forma senão através destas tarifas, de fazer face aqui às suas despesas. Disse. -

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que realmente não respondeu e então gostava que este assunto ficasse. Realmente eu quando disse que nenhuma família iria ficar prejudicada, foi isto que quis dizer, é que caso seja necessário a EMARP fará uma informação e reforçaremos a verba.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Nunca houve nesta Câmara Municipal, aqui sempre que é solicitado, algum apoio que nós tivéssemos recusado, e felizmente esta Assembleia está toda de acordo com este apoio e, portanto, caso seja necessário o reforço desta verba, a EMARP fará esse pedido e a Câmara depois trará à Assembleia um reforço desta verba. É tudo, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que vale a pena contextualizarem a matéria que os traz ali, isso é fundamental. Desde logo, é preciso evidenciar que em 2020, o primeiro ano da pandemia, justamente nesse ano, o número de pessoas em risco de pobreza ou de exclusão social aumentou doze e meio por cento. Aumentaram também outros indicadores de pobreza, como a taxa de risco de pobreza, antes e depois das transferências sociais, a desigualdade entre os rendimentos dos vinte por cento mais ricos e dos vinte por cento mais pobres. Portanto, acentuou-se o fosso entre ricos e pobres no âmbito da pandemia. -----

----- Em comparação com os países da União Europeia, entre 2019 e 2020, Portugal piorou a sua situação relativamente à pobreza em três indicadores chave. A percentagem da população em risco de pobreza ou exclusão social, a taxa de risco de pobreza e a desigualdade na distribuição dos rendimentos. Portanto, três destes essenciais. -----

----- A bondade destas transferências sociais, e suponho que a averbar a concordância de todas as bancadas, ela é notória, isto é, as transferências sociais remetem para um contributo do estado relativamente ao afastamento dos indivíduos da taxa de risco de pobreza, no caso de uma privação material severa. E então estas transferências farão todo o sentido, naturalmente é por isso que o executivo do Partido Socialista as propõe. De outro modo, não faria sentido. -----

----- Agora, tentando ler os números com base na informação que nos é prestada. Nós verificamos aqui um encargo proposto no montante de cento e quarenta mil euros. Há uma lógica interna à apreciação deste número. Se verificarmos, são dois valores somados, seis e meio no desemprego e dezasseis e meio para a taxa de inflação que vão justificar a construção deste número. Portanto, nós passamos de cento e dezasseis mil quinhentos e vinte e nove de 2021, somando dez ponto seis e depois seis ponto cinco, ou seja, como um cálculo composto. Então, vamos dizer que um dos aspetos mais frágeis deste parecer será efetivamente o de não termos uma atualização dos valores de 2022, ou seja, fazemos um transporte de vinte e um para vinte e três, se não estou em erro, se não me falha, enfim, a minha capacidade analítica. Portanto, nós de 2000 para 2021, tivemos um acréscimo de vinte e quatro ponto oito de beneficiários e, portanto, fazer projeções e indo agora aqui um pouco ao encontro de alguns apontamentos que foram feitos pelas várias oposições, fazer projeções seria de facto desejável. É que podiam não



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



ser até muito rigorosas face às mutações constantes da nossa sociedade, mas constituíam um indicador. Prever um maior número de beneficiários não é uma previsão e, portanto, os serviços técnicos também não nos deixam aqui grande margem para, enfim, efetuar uma proposta de correções à proposta do executivo. Quer dizer, um maior número de pessoas, é como aquela história dos médicos de todo o mundo recomendam vinagre, e os médicos de todo o mundo nós não sabemos bem quem são, não é? Portanto, é necessário que de facto se imprima uma ideia de estimativa para que nós possamos realmente fazer uma discussão em bases, digamos assim, mais rigorosas no que diz respeito à questão das prestações sociais, portanto das transferências sociais. Aliás, sobre o custo do metro cúbico da EMARP de 2022, como muitos saberão, nada se diz, parto do pressuposto que se tenham mantido, não sei, posso estar efetivamente errado e se assim for, peço desculpa, não é? A verdade é que na tabela, presumo que seja da EMARP, também não vem aqui, digamos, a fonte, presumo que não esteja em erro, não se faz menção do ano 2022, ou seja, nós iremos manter o mesmo número de beneficiários? Estas respostas talvez o executivo já tenha dado, porque se porventura aumentar o número de beneficiários, naturalmente que a EMARP enviará à Câmara os questionamentos devidos face a esse aumento, e naturalmente com base nisso, obrigar-nos-emos porventura a retificar, ou fazer um contrato que efetivamente retifique o anterior e aponte para uma atualização do antigo. Portanto, isto para dizer que seria interessante de facto nós pensarmos nesta questão das transferências sociais de bens e serviços fornecidos às famílias, e notem bem, eu talvez nesta questão seja mais sensível até por força da formação académica ou da deformação, mas isto para dizer o seguinte. A abordagem das transferências sociais de bens e de serviços fornecidos às famílias, parece-nos a nosso ver que ela está articulada com o ponto terceiro da agenda de trabalhos, portanto do ponto número três da agenda de trabalhos, supondo que seja o número três e efetivamente nessa articulação nós vamos encontrar uma alusão aos rendimentos per capita dos indivíduos e não aos rendimentos médios das famílias. Daí que eu deixe em claro ou em aberto esta dúvida, se estamos a falar de famílias e de rendimentos médios familiares, se estamos a falar de transporte de um rendimento per capita para o rendimento familiar, e isto causa aqui algum embaraço. Portanto, é necessário que haja de facto uma clarificação, não digo que haja um esclarecimento, é uma clarificação a este nível, porque, quanto a nós, o documento não é muito elucidativo a esse nível e, portanto, enfim, sem prejuízo obviamente de tais afirmações de alguma maneira apriorísticas nas considerações que foram feitas, nós diríamos que em si trata-se de um documento que de facto aponta para um quadro de particular sensibilidade relativamente aos problemas da pobreza e ao desvio que, ou à contenção que estas transferências sociais podem significar no seu conjunto,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



agora estamos a apreciar somente esta, mas o documento seguinte é um documento que já supõe uma articulação entre várias medidas, portanto é um documento compósito, este aqui é o documento linear, digamos, que aponta tão somente para a questão da água e da tarifa social da mesma, não é? Portanto, penso que fará todo o sentido que a discussão se articule justamente ao abrirmos depois na clarificação do ponto seguinte que está familiarizado e que diz respeito ao próprio. Portanto, nesta matéria, o PS não tem dúvidas, é absolutamente inequívoca a vantagem que as transferências sociais têm no domínio da pobreza e, portanto, isto deixa-nos sem margem para dúvidas, sem prejuízo de desejarmos obviamente uma afinação técnica destes aspetos que nos parecem de facto desejáveis, esta afirmação, parece-nos efetivamente desejável. -----

----- Muito obrigada, senhora Presidente, peço desculpa pela extensão da exposição, muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que, sobre esta matéria é por uma questão de respeito que ali estão e também por ser líder não só desta bancada, mas como deste partido que aqui está, dar uma nota que não é partidária até pelo seguinte. A presidente de Câmara que não é do meu partido, é professora, a senhora vereadora que ali está, Teresa Mendes, também do Partido Socialista, é vereadora. O vereador do PSD Rui André, foi professor e dizer-vos, na última reunião de Câmara, e acredito dizendo isto que é sufragado por todos os outros partidos, mas foram os vereadores do PSD, informaram e irão entregar por escrito, um pedido para uma reunião extraordinária para debatermos a questão da educação, e dizer que acompanhamos todas as vossas preocupações, como acredito, isto não é partidário, que quem ali está também acompanha e todos os demais. Mas dar esta nota que não conseguiria falar deste ponto sem dar uma nota às pessoas que hoje enchem aqui a sala. -----

----- Agora e obrigado pela tolerância senhora Presidente da Assembleia, porque isto de facto é fuga ao tema, se isto fosse avaliação, e estão aqui professores na sala, eu já tinha zero porque era fuga ao tema. -----

----- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não quis ser acusada, mas tem que usar a mesma bitola, mas as pessoas são inteligentes e percebem. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, para dizer que é zero valores mas não tem mal, é uma negativa justificada, mas tocando agora no ponto, dar aqui uma nota. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Em primeiro lugar, ainda não vi ser dito o óbvio. Este ponto que aqui vem é uma formalidade existente em virtude de uma exploração que existe entre o município e uma empresa municipal que tem vindo a dar lucro, ponto um. Isto é o que acontece. Com as taxas devidas sempre no patamar máximo, sabemos. Ouvi aqui uma coisa que me deixou ligeiramente intrigado a nível da responsabilidade dos encargos para os portimonenses que foi dito pelo senhor Vice-Presidente, que isto não traz mais gastos para as famílias, a expressão não sei se foi esta, mas dar uma nota. Quando aumenta os encargos do município, todos esses aumentos são refletidos no que cada portimonense desembolsa, porque a Câmara apenas administra o dinheiro que tem, que cada uma das pessoas que aqui estão e ali está. Portanto, não é bem assim, se aumenta o encargo, aumenta essa despesa. E eu agora vou aqui a uma questão que é a que tinha e vou aproveitar depois a intervenção da bancada do Partido Socialista sobre esta matéria que fiquei ligeiramente confuso. O documento que aqui temos, a cláusula V, diz que o subsídio e encargos financeiros são de quarenta mil euros, já foi aqui dito este ano. Anteriormente, era de sensivelmente cem mil euros e, portanto, a questão que vem, é se o consumo aumentou quarenta por cento e ainda não vi ser aqui respondido. Mas depois ouvi aqui uma explicação e o deputado municipal Figueiredo Santos, tenho muita estima e apreço vai-me desculpar, mas basicamente o que eu percebi daquilo que disse matematicamente foi o seguinte. Isto são cem mil euros e agora aumenta quarenta, e então vamos trocar para ser mais fácil. Falou da taxa de desemprego e da inflação. Certo? E aquilo que disse, mais ou menos trocando por miúdos, foi isto, nós temos cem laranjas e vamos acrescentar quarenta melões. Então, ficamos com cento e quarenta laramelões, só lhe dar uma nota, não existem laramelões. Portanto, juntar a este valor a taxa de inflação como fez e a taxa de desemprego, é um raciocínio que eu desconhecia, até o próprio Partido Socialista que é muito airoso em contas financeiras até neste município, mas portanto dar essa nota que essa justificação para chegar aos cento e quarenta mil euros deixou-me aqui um bocado estático, e dizer-lhe que não sou, mas se fosse professor de matemática, dava-lhe vinte em criatividade, mas dava zero ao Partido Socialista na justificação. Mas portanto questionava, e é a pergunta que fica dos laramelões para lhe dizer que não existem, mas para dizer-lhe o seguinte. São cento e quarenta mil euros e aumentou, aumentámos em quarenta por cento o consumo e a despesa, sendo que muito importante, senhor Vice-Presidente disse, o número de famílias são as mesmas. Portanto, ou as famílias aumentaram o seu consumo, disse na sua intervenção, podem consultar em ata, ou então pergunto a que se deve este aumento de cerca de quarenta por cento, até à EMARP que aqui está. Disse. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, enfim, o senhor deputado Carlos Martins hoje apresentou-se com alguma truculência académica. Eu acho interessantíssimo, porque o debate deve ser justamente alegre e não deixará de ser, porque a alegria está próxima da santidade, não é? Mas de facto, nós, pelo menos que eu tenha dado conta, não fiz contas a laranjas, acho que laranjas é convosco, não é propriamente connosco, não é, nós fazemos contas mais às rosas, é assim, é um bocado isso. -----

----- Ó senhor deputado, de facto, eu gostaria de poder esclarecê-lo de uma outra forma. Nós não estamos a fazer contas, estas contas provêm da leitura que é feita das tabelas, a menos que o senhor deputado não tenha lido, enfim, as bases de sustentação do contrato, mas as bases de sustentação do contrato foram elaboradas pelos serviços técnicos desta Câmara, não é, enfim, que nós já tivemos oportunidade de dizer que têm digamos alguns limites, e um dos limites é justamente a impossibilidade de fazer um prognóstico sério, sério no sentido de rigoroso, porque a própria mutação da sociedade por vezes não é conducente a que a sociedade seja pensada em termos de números fixos, e fixos ou redondos como queiram, não é? Então, eu limitei-me a fazer efetivamente a interpretação dos dados que nos foram aqui evidenciados pelos serviços técnicos. Agora, se há algo a opor relativamente às contas que os serviços técnicos fazem, pois o senhor pronunciou-se relativamente às contas do Partido Socialista. Bem, as tabelas estão aqui, foram fornecidas pelos serviços técnicos e eu acho que muito bem, que é assim que deve ser, deve haver uma base de sustentação justamente para nós podermos agir. -----

----- Realmente, o que acontece verdadeiramente, é que nós estamos a votar e o Partido Socialista nisto está a ser absolutamente honesto do ponto de vista intelectual. Nós fomos votar, estamos a votar, aliás estamos a apreciar e vamos votar um documento que de alguma maneira é abstrato relativamente aos destinatários. Quando é que este documento vai reverter em concreto para os destinatários? É justamente no ponto três do outro ponto, da discussão que nós iremos ter, e daí que eu próprio tenha, digamos, realçado aqui algumas dúvidas, mas são dúvidas que interessam que sejam colocadas aqui, não para abater ninguém, mas porque é pedagógico que o façamos, porque todos nós estamos interessados nesse esclarecimento e, porventura os técnicos terão um saber diferente do nosso. Portanto, seria importante que este documento tipificasse logo as matérias que estão aqui a ser objeto de discussão, não é, mas ele não coloca isso em pauta, portanto é uma falha que porventura, enfim, terá acontecido, mas que de uma maneira ou de outra não põe em risco aquilo que é, digamos, o carácter intencional do documento. Por isso nós não temos dificuldade absolutamente nenhuma em dar este documento de suporte como um documento bom, porque ele vai de certa maneira, portanto, provocar um afastamento



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



das pessoas do risco de pobreza, que neste caso aqui nós já vimos que a situação é bem pior do que essa, ou seja, que aqui nós estamos num apontamento de pobreza severa, e isto é óbvio para quem tem uma noção do social, é óbvio que a pobreza gera instabilidade social, nem os pobres conseguem filosofar com fome, ou seja, a filosofia da fome é a filosofia da dureza, da revolta, da indignação e consequentemente fará todo o sentido independentemente das questões de dinamização social, fará todo o sentido que nós tenhamos em conta que são pessoas e que precisam de viver com o mínimo de dignidade e, portanto, se no seu conjunto estas transferências sociais, apontarem no sentido, nós ficaremos satisfeitos naturalmente e foi essa a satisfação com que eu fiz de facto, dei este apontamento singular em termos de intervenção. Muito obrigada, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que ouviu com muita atenção o senhor deputado Figueiredo Santos na última e na penúltima intervenção e enfim, as curvas foram tantas que às tantas perdeu-se ali um bocadinho na argumentação, fez-lhe lembrar aqueles esquiadores que descem a encosta a fazer o *slalom* gigante e depois andam ali às voltinhas... ó senhor deputado, o senhor falou em tanta coisa e muito simplesmente a questão é esta. O senhor diz-nos que é impossível fazer uma estimativa do crescimento de pedidos de tarifa social, mas se é impossível, então não se faziam orçamentos nesta casa! Não, não, estive a ouvi-lo com atenção, porque é possível fazer uma estimativa, pode é a estimativa não ser suficiente e não corresponder depois à realidade no final do ano 2023, e é possível, porque ainda que seja empiricamente, toda a gente sabe aqui nesta sala que infelizmente o número de casos de tarifa social vai crescer em Portimão em 2023, e depois há aqui outra questão que vai de encontro àquilo que disse na intervenção anterior. O senhor fala em pobreza. Agora, como o senhor bem disse no ponto dois e não no três que está aqui na ordem de trabalhos, no número três fala-se em aumentar o rendimento líquido per capita para um salário mínimo nacional e meio, são mil cento e quarenta euros. -----

----- Quem ganha mil cento e quarenta euros, embora não ganhe muito por mês, não é pobre, porque então quem ganha o salário mínimo então é um indigente, será um indigente. A questão é que, no contexto em que estamos do ponto de vista social e económico, são pessoas que têm dificuldades crescentes no dia-a-dia para fazer face a despesas fixas devido à inflação, é tão somente isto e, portanto, quando se fala aqui em pobreza para cobrir pessoas que ganham mil cento e quarenta euros, se calhar está-se aqui a fugir à realidade, senhor deputado. Disse. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, naturalmente deixar aqui claro que a bancada do PSD como todas as demais, já viria a favor dos apoios sociais e naturalmente votamos a favor, que faltou dizer isso. Também percebi que a nível das contas as laranjas ficaram connosco, os melões ficaram do outro lado, mas dizer-lhe que aquilo que disse foi apenas, e estou só a falar de fruta, foi apenas factos e usei documentos e intervenções que era as mesmas famílias, e há um bocado foi dito que é uma questão automática, não é, é uma questão que é necessária deliberação de Câmara e aprovação, portanto não é automático que peçam e tenham, e dizer que é a mesma questão, mesmo as famílias sem medo, mesmo as famílias cento e quarenta mil. A questão que coloquei é, qual o rácio, que já percebemos que não é com laramelões, que foi feito pelo aumento. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer antes de mais uma palavra ao público em geral. A bancada do Partido Chega percebe obviamente as necessidades, as preocupações, os receios, os medos aqui patentes, certamente o vosso discurso não cairá em saco roto e tomaremos nota também e iremos fazer algo nesse sentido também, lutaremos por vós. -----

----- Aqui a questão, enfim, depois da discussão que já vai longa, a bancada do Chega continua aqui com algumas dúvidas como é que se chega aqui a mais estes quarenta mil euros de previsão face às transferências sociais. Aquilo que me apraz dizer, é que convém que fique na cabeça e na mente de cada um, nomeadamente de quem toma decisões, de que os direitos que concedemos a uns são sempre os encargos para outros. Isso é uma verdade *La Palice*, e verdade ainda numa autarquia que é endividada como esta. Portanto, tudo o que se prevê investir que seja, nomeadamente, também nestas questões das transferências sociais, que seja baseado em dados em racionais concretos e não puras perceções como acontece muitas vezes. De qualquer das maneiras, ficou aqui uma dúvida também, e a propósito daquilo que há um bocado o Dr. Pedro Romão disse, pareceu-me que os benefícios que os funcionários detêm relativamente a esta questão e a estas vantagens, estão ou não contemplados nestes cento e quarenta mil euros. Fiquei com essa dúvida. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, respondendo já à última questão, todos os funcionários não estão contemplados na tarifa social, como é óbvio. -----

----- Depois, o que eu disse ainda agora ao senhor deputado Carlos Martins, e se leu o documento, o que fiz a referência é que no ano 2020 foram quinhentas e trinta e uma famílias e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



foram em metros cúbicos mais ou menos quarenta e sete mil metros cúbicos. Em 2021, e já agora desculpem-me mas vou ler, «foram seiscentas e sessenta e três famílias e foram sessenta e cinco mil metros cúbicos» e, portanto, senhor deputado, como em 2022 foram seiscentas e sessenta e sete famílias, o que fizemos foi prever, dada a conjuntura nacional que vão existir mais famílias que vão pedir o apoio e como é óbvio, também vamos gastar mais metros cúbicos, e é por isso que quisemos trazer aqui, agora há uma coisa que fique bem clara, é que se da tarifa não for necessário transferirmos este dinheiro para a EMARP, o dinheiro vai sendo transferido à medida que ele vai sendo requisitado, ou que vai sendo pedido por estas famílias. Portanto, não vão para a EMARP os cento e quarenta mil euros. Se não nos chegar, traremos a esta Assembleia, levaremos a reunião de Câmara para enviar para esta Assembleia um novo apoio para a tarifa social da água. Se chegar, não é todo o dinheiro transferido, portanto vai sendo transferido à medida que são vistas as necessidades. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer ao senhor Vice-Presidente que na última intervenção da senhora Presidente não encontrei aqui os indeferidos, por isso não sei qual é o relatório que o senhor fala. Gostaria de saber quais eram os indeferidos, devia estar aqui neste documento para nós nos podermos pronunciar sobre esta situação. E quando falo no apoio, é no apoio também da divulgação para as pessoas, não só aquelas que vêm só aqui ao vosso gabinete, estou a falar também aqui dos senhores presidentes de Junta também divulgarem nas vossas juntas e junto daquelas pessoas que precisam deste apoio, que é muito importante para as famílias, e gostaria de saber se também há algum teto máximo, ou seja, se algum teto máximo em termos de quantidade de água, de metros cúbicos que possam gastar para estas famílias. Eu acho que devia haver um limite no mínimo por um metro cúbico de família per capita, digo assim. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que a questão que gostaria de colocar, era se em 2022 o número de beneficiários foram seiscentos e sessenta e sete, foi o que disse o senhor Presidente em exercício, e relativamente ao consumo de metros cúbicos tem essa estimativa? 2022, não está, daí a questão. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, para dizer que este documento ainda não estava fechado, portanto não tinham os metros cúbicos. Tínhamos o número de famílias, mas os metros cúbicos ainda não tínhamos, portanto ainda não está fechado. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Quanto ao teto máximo, não existe teto máximo, para o senhor deputado do Bloco de Esquerda. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, antes de mais, dizer que o Partido Chega vai acompanhar obviamente esta questão, nem outra coisa seria de esperar, mas é preciso haver aqui algum escrutínio. De qualquer das maneiras, a questão que gostava de colocar é, relativamente ao benefício que é dado aos funcionários municipais, qual é o valor desse cabimento? Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e saudar o público, é pena não participarem mais e não virem mais vezes a esta Assembleia colocar os vossos problemas, a bancada da CDU está atenta a todos esses problemas que foram aqui denunciados e que se passam com as estruturas do ensino. As vossas reivindicações não cairão em saco roto. -----

----- Ainda em relação a esta questão, eu gostaria também de perguntar uma vez mais, porque não consegui ficar esclarecida, quais os critérios para este aumento e se neste ponto já tiveram em consideração depois o ponto que vem a seguir, que é, posteriormente na próxima deliberação e iremos discutir aqui alterações ao próprio regulamento que está em vigor, embora temporárias, ao regulamento que está em vigor da EMARP. E a pergunta era se este valor já também terá em consideração essas questões ou não, não é? Porque do ponto que virá a seguir, irá aumentar de certeza absoluta, não só pela redução do mínimo de residência no concelho, como também pelo salário mínimo nacional e os critérios que estão estabelecidos. Muito obrigada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, a nível de números de funcionários não temos esse número aqui, porque são todos os funcionários que pedem, que requisitam que sejam da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia, da EMARP, portanto, não tenho este número aqui, mas depois poderá vir noutra Assembleia esse número, mas não é pago sobre este apoio que estamos a dar. Portanto, isso já disse ainda agora, acho que isto já ficou bem saliente. -----

----- Quanto à senhora deputada da CDU, este apoio já contempla as medidas que vamos trazer no ponto a seguir. Tenho dito. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** submeteu à votação o ponto 2-1) **Discussão e Votação do Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Portimão e a EMARP – Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, E.M., SA, para a adoção de preços sociais para o ano de 2023 – “Os contratos-programa são aprovados pelo Órgão Deliberativo da entidade pública**



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



participante, sob proposta do respetivo Órgão Executivo”, nos termos do nº 5 do art.º 47 da Lei nº 50/2012 de 31/09 - nos termos da Proposta - Deliberação nº 878/22, tendo obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- Foi aprovado, **por unanimidade**, o Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Portimão e a Emarp – Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão E.M., S.A., para a adoção de preços sociais para o ano de 2023, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 878/22**.

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o ponto 2-b) - Discussão e Votação do conjunto de medidas com carácter excecional, temporário e transitório, que permita mitigar os efeitos nefastos da crise, em termos económicos e sociais, e que permita dar respostas às situações de necessidade das famílias – “Aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do Município”, nos termos das disposições conjugadas dos arts. 3º e 24º e da alínea g) do nº1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09 – nos termos da Proposta - Deliberação nº 31/23, declarando abertas as discussões para quem pretendesse usar da palavra. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, o Bloco de Esquerda em setembro, como estávamos já a prever esta crise, a partir da guerra, em que começou a guerra na Europa em fevereiro, nós trouxemos uma moção que foi chumbada aqui nesta Assembleia por vossas excelências e por algumas bancadas desta casa, e essa mesma moção que foi à Assembleia Municipal de Loulé e que foi votada por unanimidade. No fim de contas o que nos separa aqui, é que o Bloco de Esquerda nessa moção apoiava também as pequenas empresas com alguns apoios que aqui não faz, mas no entanto nós estamos de acordo que vai de encontro às nossas lutas e que nós temos aqui travado aqui no nosso concelho, principalmente contra a pobreza e esta situação toda, mas também temos que advertir aqui uma coisa, para combater a pobreza, é combater a pobreza, mas é com ordenados altos, com poucos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



impostos no IRS, porque é que vale a pena ganhar muito se depois com o IRS nos vai tirar o rendimento, o apoio também às famílias não só pagar impostos como nós temos aqui quase à taxa máxima de IMI, também o apoio às famílias que não são só, hoje em dia as famílias da classe média já estão a ficar pobres também, também precisam de apoios, falo também aqui mais uma vez, que nós trouxemos várias vezes aqui várias moções por causa da incidência do IRS na Câmara, têm cinco por cento também, todos esses impostos que a Câmara podia ajudar também não só as pessoas mais desfavoráveis, mas também as pessoas também que vivem com grandes dificuldades que são a classe média que está a desaparecer, que paga impostos altíssimos, gostaríamos também que fosse revisto também aqui nestes apoios e também as pequenas empresas e os empresários em nome individual. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, várias questões aqui a colocar, uma delas é porque é que isto há dois meses atrás não foi discutido logo em sede de orçamento para 2023, é uma questão que colocamos. --

----- Depois, qual é o valor que esta medida impactava anteriormente e qual é que vai impactar agora. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel da Mota**, tinha-me esquecido desse apoio, trouxe esta moção em setembro mesmo, como foi dito aqui por o nosso deputado do Chega. Trouxemos em setembro que é para ela ir a orçamento e agora vem agora, é isso que não se percebe. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, passaria a palavra à minha colega vereadora Teresa Mendes que está com esse pelouro. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente a estas medidas, tanto o apoio às pequenas empresas e outros impostos que foram aqui agora falados, neste momento, não existe enquadramento jurídico para fazer apoios para além dos que temos regulamento, que já temos regulamento. Por isso é que trazemos aqui hoje, uma alteração ao regulamento temporária e que será revista de três em três meses e com a validade de um ano, tendo em conta a evolução que poderá ser positiva ou não e depois de três em três meses iremos levar à reunião de Câmara a renovação das medidas ou não. -----

----- Depois, no que diz respeito ao orçamento, em setembro não trouxemos, é verdade, porque conforme a senhora Presidente disse seria em janeiro que iríamos propor estas novas medidas e assim fizemos em sede de reunião de Câmara. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Quanto ao impacto que tem no orçamento, foi reforçado o orçamento, agora que virá na próxima Assembleia, porque já foi à reunião de Câmara. Com a integração dos saldos houve um reforço na verba de cem mil euros no que diz respeito aqui aos subsídios de arrendamento, que é o que terá maior impacto à partida, estamos a contar, fizemos uma previsão para o escalão máximo que nem todas as famílias serão em escalão máximo, fizemos uma previsão para mais cinquenta famílias em escalão máximo, qual era o valor exetável e fizemos esse reforço com a integração de saldos. Todas as outras medidas não têm o valor cabimentado, é um valor que previsivelmente vai chegar, não há necessidade de reforço. Disse, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, bom, eu em relação a este ponto, penso que aqui ninguém contesta a necessidade deste tipo de apoios às famílias este ano. Parece-me que este elenco de medidas que vem aqui proposto, algumas pecam pela insuficiência e depois outras, enfim, aposta-se um bocadinho na renovação automática de isenções e de apoios sem se saber muito bem qual é o critério, se há uma reavaliação, se não há depois, porque eventualmente podem haver pessoas que precisem de apoio que não tinham, mas podem haver pessoas que tinham apoio e que eventualmente se calhar serão poucos casos, mas que eventualmente deixam de precisar do apoio. Mas vou dar aqui um exemplo daquilo que estou a dizer. Quando se fala em passar para um salário mínimo e meio nacional, mil cento e quarenta euros, o valor da tarifa social como falámos no ponto anterior, parece-me que isto é manifestamente insuficiente, porque o que é facto é que há pessoas que ganharão mais do que isto, enfim, como disse ainda agora não são necessariamente pobres e que não deixam de ter dificuldades na situação em que estamos hoje em dia e não vão ter acesso à tarifa social. E eu relembro que o apoio que o governo deu aqui, creio que em outubro, aquele apoio dos cento e vinte e cinco euros, se não me falha a memória, era para rendimentos brutos até dois mil duzentos e qualquer coisa euros, dois e setecentos, pronto. Portanto, o teto aqui é manifestamente baixo, e eventualmente o que é que isto vai originar, vai originar que haja agregados familiares, ou pessoas que não sendo pobres como aqui o senhor deputado Figueiredo Santos dizia ainda agora, pertencendo àquilo que se convencionou, a chamada classe média que cada vez existe menos, infelizmente, fruto de outras circunstâncias, não temos agora aqui tempo para abordar, que tenham rendimentos acima disso e que não tenham acesso à tarifa social, mas que têm efetivamente muitas dificuldades no dia-a-dia para fazer face ao aumento do custo de vida, com a questão da inflação e o não acompanhamento dos salários em relação a esse aumento e, portanto, parece-nos que estes montantes aqui são porventura insuficientes. E depois há aqui outra questão. Fala-se aqui da questão da vigência



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



temporal das medidas e fala-se até abril. Parece-nos um bocadinho estranho que se ponha aqui como limite temporal eventualmente renovável mas como limite temporal o mês de abril, sabendo nós de antemão, enfim, e isto aqui não é necessário o tal exercício de prognóstico, o senhor deputado Figueiredo Santos ainda agora aqui dizia que era impossível de fazer, que as medidas vão ser necessárias para além de abril, e possivelmente serão necessárias ainda para o ano que vem, se calhar, oxalá que não, mas se calhar ainda serão necessárias para o ano que vem. Portanto, não percebemos aqui este limite temporal de abril também. -----

----- Depois, fala-se aqui também, a questão de atribuição do subsídio de análise automática para necessidades emergentes de habitação de arrendamento e não se define muito bem o que é que é isto, o que é que são necessidades emergentes, é que é uma pessoa que chega à Câmara que não tem uma solução de habitação e que a Câmara atribua automaticamente uma casa camarária, isto não está aqui identificado e definido. Portanto, é uma coisa muito vaga e muito indefinida, não sabemos o que é que cabe aqui nesta rubrica, e para já era isto. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, naturalmente que ao apreciarmos este documento, nós temos de ter a consciência, ou pelo menos o conhecimento daquilo que são as transferências sociais do governo central e daquilo que são as possibilidades efetivas das medidas a implementar pela autarquia, que aliás são medidas também elas em trânsito, com a descentralização de competências seguramente que as autarquias irão ter mais poderes na matéria que respeita à ação social. Portanto, estas medidas têm um carácter absolutamente conjuntural, e estamos certos que a circunstância do seu domínio temporal ser, enfim, plausível, ser pensado até abril, não significa com isso que se porventura novos desafios sociais surgirem, que não dite a sensibilidade desta Câmara que não traga à Assembleia medidas complementares ou medidas de volume, no sentido de incrementarem o aumento dos apoios técnicos. -----

----- A questão que suscitei há pouco e que me pareceu uma questão que devia ser colocada, porque tenho o direito a ter dúvidas, já esqueci até quem era o senhor que nunca tinha dúvidas nunca se enganava, mas parece que aqui também há deputados que nunca se enganam, nunca têm dúvidas, pela forma como se posicionam perante determinadas matérias. Então, eu faço agora alusão mediante a leitura *ipsis verbis* do articulado do texto que diz o seguinte. «Possibilitar que os rendimentos mensais máximos ilíquidos per capita para aceder à tarifa social da água passem a ser o valor de um ponto cinco vezes o salário mínimo nacional, etc. de forma a permitir o seu alargamento a mais agregados familiares». Quando também estão os senhores que são uns sapientes nesta matéria, como é que se faz, eu questiono será que porventura nós não estaremos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



aqui a falar por lapso de rendimentos médios de agregados familiares e não per capita? Então vejamos um exemplo concreto que é para não cairmos na história da filosofia do senhor Figueiredo, não é? Pronto. Diferente é ter dois cônjuges, que detendo um o rendimento mínimo e o outro possa não o ter, imagine-se, um recebe mil euros, ok, e o outro recebe mil e quatrocentos euros. Isto somado, pelas minhas contas, porque eu não sei fazer contas, não sou da área da contabilidade, isto tudo somado parece dar dois mil e quatrocentos euros, dividido por dois dará mil e duzentos euros. Estes indivíduos já ultrapassam a fasquia e não têm direito a, mas vejamos, porque eles têm filhos. Agora, se o senhor acha que são rendimentos suficientes para quem tem filhos e acrescidamente tem por exemplo, só em exemplo, uma renda de casa de setecentos euros, eu pergunto, se nós estamos aqui a falar de pobreza ou não. É que a base de trabalho que estava aqui sugerida do ponto de vista pedagógico, e sugerido que podia haver aqui um lapso livre nesta coisa, era que a base de trabalho da ação social fosse as famílias, não fosse os indivíduos per capita. Posso efetivamente estar absolutamente errado, e aí peço as minhas sinceras desculpas por ser uma intervenção indevida, ou melhor dito, uma interpretação indevida, mas a minha função aqui, a função deste partido não é pura e simplesmente calçar os sapatos à palavra do executivo. Nós temos o direito, de mesmo modo que vós, de ter as nossas interrogações, pese embora vocês às vezes pensem o contrário, somos paus mandados para falar assim numa linguagem mais brejeira, não é, agora que até faziam questão em que as verbas transitais, recordam-se daquela história que afinal tínhamos os orçamentos, passavam de uns anos para os outros, nem vinham às assembleias, mantendo-se embora as despesas fixas, mas agora, que chatice eu ter que vir aqui a abril novamente! Vem, tem que vir, é imperativo que venha, é imperativo que venha, porque podem aumentar as verbas e nós temos que consentir esse aumento, a menos que as verbas se mantenham, o que não acontecia com a questão dos orçamentos bianais não é, ou bianuais, não é isso, falando em português incorreto. Ah! Plurianuais, finalmente alguém me esclareceu a designação desta coisa. Então, permaneço com a história da base de sustentação da ação social autárquica poder ser a família e não os indivíduos per capita. Muito obrigado, senhora Presidente, pela paciência que têm em me ouvir hoje. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PAN **Daniela Marlene da Conceição Duarte**, relativamente a este ponto e visto o aumento de pedidos que tanto se vê, queríamos perguntar como é que estas medidas vão ser divulgadas, se vai existir algum gabinete próprio. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PPD/PSD **Carlos Eduardo Gouveia Martins**, sobre esta matéria que é muito importante, dizer aqui algumas notas introdutórias. A primeira, é



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que olhando para os pontos que aqui estão, e agora gostei muito da matemática da bancada do Partido Socialista, porque estamos totalmente de acordo e sendo sério, é uma medida que de facto os pontos que aqui vêm é uma mais valia para a condição socioeconómica que se vive também no concelho e no país e, portanto, olhando para estas medidas que aqui estão, temos de ser sérios e dizer já o seguinte enquanto bancada do PSD. São medidas que trazem mais valia, nós não podemos vir aqui ser demagogos e dizer eu alterava o A para A1, porque eu não tenho os estudos que cabimentaram estas propostas e porque o PSD não pode vir aqui com uma fábula miraculosa e dizer eu sei que se fizessem sem se saber quantas pessoas são que isto ficava assim e sem saber o valor que está averbado a nível financeiro do município e, portanto, aquilo que digo, dois pontos, um, é sério dizer-se que temos que assumir que isto é uma mais valia. -----

----- Segunda nota, e porque aqui estamos todos para o mesmo e na política é bom quando acontece, é bom que seja revisto para que possa, e subscrevo o que foi dito pela bancada do Partido Socialista, que seja revisto e que possa ser, quem sabe, aumentado. Falou no exemplo aqui do ponto três, de um ponto cinco do salário mínimo nacional. Quem sabe que seja aumentado para dar uma mais-valia, porque nós, permitam-me, vivemos, e estes números são reais e factuais, vivemos num país em que vinte e cinco por cento dos trabalhadores portugueses ganham o salário mínimo, setecentos e cinco euros. Com a inflação, fazendo a dedução, significa que têm ao fim do mês seiscentos e trinta e nove agora. O limiar de pobreza situa-se nos quinhentos e cinquenta e quatro euros, e sabemos que em Portugal dois milhões de portugueses dos dez, vivem neste limiar de pobreza com quinhentos e cinquenta e quatro ou menos euros por mês de subsistência. Se tirarmos os apoios extraordinários municipais e nacionais, passa de dois para quatro milhões de portugueses que vivem no limiar de pobreza. Estes números são do Instituto Nacional de Estatística, são factuais, e dizer que é uma situação gravosa e que cabe também a Portimão olhar e fazendo, não é uma extrapolação, mas também termos pessoas neste limiar de pobreza que consigamos mitigar e que portanto tenhamos propostas para o pôr, e dizer que a bancada do PSD naturalmente subscreve as propostas que aqui estão, salientando o que, como foi dito pelo líder da bancada do Partido Socialista também, e é bom termos este sentido sério, que seja revisto o que aqui venha, que todos possamos contribuir com números e estudos para alargar, para aumentar e que consigamos contribuir para que pessoas que estejam ou no limiar de pobreza, ou muito perto, tenham um maior apoio e uma maior subsistência em Portimão, que acho que é isso que todos queremos, e só quem está sério na política, só pode ter este caminho. É impossível termos um caminho distinto. Não me interessa o Partido Socialista, se é outro partido qualquer, neste caso é, e é quem é executivo e quem lidera, e o PSD subscreve, estará aqui para



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



trabalhar, daqui a três meses quando vierem os números, quereremos contribuir, já trabalhámos, olhando para o pouco que temos ainda não conseguimos avaliar porque não temos os dados, contem connosco para trabalhar com isso, quem aí está e quem está ali e quem está lá fora. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio quadros**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que estava a ouvir alguma intervenção do representante do grupo municipal do PSD, e é engraçado, realmente nós vivemos muita preocupação com o limiar de pobreza, o salário mínimo é o limiar de pobreza. Temos um país a viver no limiar de pobreza, temos vinte e cinco por cento dos portugueses com o salário mínimo nacional. Temos aqui várias soluções com muito boa vontade, sim senhora, admito que há boa vontade e terá que haver boa vontade, só não sei é porque é que esta boa vontade é só apresentada aqui nas assembleias municipais. Afinal vocês são os partidos que estão na Assembleia da República, que estão no governo desde 75 e que muito contribuíram para este limiar de pobreza, e são os senhores deputados da Assembleia da República, os partidos com mais representantes, que é o PSD e o PS, que votam por este limiar de pobreza pelo valor do salário mínimo nacional. Sim senhora, considero que isto é pouco, temos que ajudar bastante, mas também vamos tirar também o país do limiar de pobreza e para isso eu conto convosco. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, senhora deputada Ângela Venâncio, respondendo à sua questão, eu vou-lhe dizer o seguinte. Eu estou aqui enquanto Presidente da Assembleia Municipal, enquanto deputada da Assembleia da República eu respondo no lugar próprio e, portanto, eu não confundo os papéis. Gostaria que vossa excelência também não confundisse, por causa dessa questão não lhe dou a palavra! Estamos aqui a discutir os pontos da ordem de trabalhos, isto não é o Conselho de Ministros, não é o governo e não é a Assembleia da República. Obrigada. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, eu sei o que a senhora fala, eu tenho o direito de expressar aquilo que eu quiser aqui nesta Assembleia Municipal. Esta casa é uma casa de democracia, portanto se a senhora gosta ou não gosta, se enfiou o seu carapuço o problema é da senhora Presidente, não é meu. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, relativamente aos critérios aqui mencionados, sobre de cinco anos para dois e o porquê do valor de uma vez e meio o salário mínimo, eu gostava de perceber quais foram os racionais que estiveram por base desta escolha. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, relativamente a todas as questões levantadas. Quando falam em necessidades habitacionais, aqui não há atribuição de casa, não há um processo de necessidade habitacional, pode haver um processo de emergente necessidade habitacional e como tal é pedido ao utente que procure uma casa e ser-lhe-á dado o apoio ao arrendamento. Porque para necessidades habitacionais, neste momento, abriu um aviso de abertura para as pessoas concorrerem para uma habitação em renda apoiada. Aqui, é apenas apoio ao arrendamento, às vezes existe a confusão entre necessidade habitacional para atribuição de casa e uma necessidade habitacional para o apoio ao arrendamento. É automático, sob compromisso de honra, porque quando a pessoa chega aqui, toda a candidatura, todos os documentos necessários para instruir um processo de necessidade habitacional, mas neste caso é uma necessidade habitacional de apoio ao arrendamento, são inúmeros e até que tudo fosse aprovado, à semelhança do que se fez no tempo do Covid, é sob compromisso de honra, com uma declaração sob compromisso de honra, depois as pessoas entregam toda a documentação. Se ao fim de tudo estar tramitado, que normalmente demora um, dois meses, mas para as pessoas não estarem tanto tempo à espera, se tudo estiver em condições, a pessoa fica nesta bolsa extraordinária no âmbito destas medidas. No entanto, poderá sempre ser criado depois um processo social para determinados utentes à luz dos regulamentos em vigor. -----

----- Dizer relativamente ao dinheiro que foi dado pelo governo e que foi apenas um apoio pontual, aqui temos um apoio que é mensal, será dado todos os meses esse apoio. Só têm estado a falar no apoio ao arrendamento, mas no caso do apoio ao arrendamento, irá de trezentos e cinquenta euros até duzentos e setenta e cinco, sendo que no anterior, portanto no regulamento que está em vigor, vai dos cinquenta euros aos cento e cinquenta. Portanto, nós estamos a subir aqui o apoio para o dobro, mais do dobro. -----

----- Depois, o rendimento é per capita, ou seja, numa família que há um bocadinho estavam a dizer, em que o casal, em média, iria ganhar os dois mil e quinhentos euros, e se dividíssemos por dois já, ou dois mil e quatrocentos, foi o caso, dois mil e quatrocentos iriam ganhar mil e duzentos, não estavam, mas se tiverem um filho não divide por dois, divide por três, e como tal nesse caso já está num dos intervalos, num dos escalões. -----

----- Depois, a divulgação será assim que for aprovado nesta reunião, será feita a divulgação junto da comunidade, que poderão então candidatar-se no âmbito destas medidas e o gabinete é lá em baixo no serviço social à semelhança de todos os outros apoios que são atendidos pelas mesmas técnicas. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- De cinco para dois anos, de cinco para dois anos foi à semelhança do que fizemos no âmbito do Covid, o regulamento são cinco anos e nós aprovámos que seriam as pessoas permanecerem cá, pelo menos estarem cá na cidade há pelo menos dois anos para se poderem candidatar. Portanto, as medidas são semelhantes às que fizemos no âmbito do Covid. -----

----- Depois, o valor, o valor achámos como adequado, aliás de momento, tendo em conta as candidaturas que vamos recebendo aqui e os pedidos de apoio que vamos recebendo, que o valor per capita de mil cento e quarenta euros, de momento é o valor adequado, sem prejuízo, como as medidas são de três em três meses avaliadas, sem prejuízo de podermos, e vamos imaginar que as pessoas que vêm aqui pedir ficam muitas excluídas porque o valor é superior, mas na realidade verifica-se a necessidade. Será alterado aqui o intervalo a título excecional sempre, uma vez que não é o que está no regulamento. Por isso é que temos a necessidade de trazer aqui à Assembleia Municipal, porque estamos a fazer uma alteração pontual ao regulamento que está em vigor, que o regulamento não prevê. E será por um ano, não é só por três meses, portanto agora é até abril, em abril será reavaliado, caso as medidas se mantenham todas iguais só irá à reunião de Câmara e não virá aqui, isto num período de um ano. Se entretanto houver alteração às medidas, vai à reunião de Câmara, volta à Assembleia e por aí adiante neste espaço que temos, sendo previsível ir até um ano, ou seja, até janeiro de 2024. Disse, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, para dizer que fazia a mesma questão que fez no ponto anterior, se há também o teto máximo aqui, se as famílias podem gastar, estas pessoas que foram abrangidas para este apoio poderão gastar a água que quiserem, não é? Aqui no apoio também ao subsídio de apoio, também está aqui o subsídio da água, também reduziram o tempo. Queria saber, no caso da água acho que devia haver um teto máximo para isso, ainda por cima com a escassez de água que nós temos aqui no Algarve, acho que devia ser medida, em termos de água de apoio social às pessoas, em termos per capitas sobre o consumo de água por pessoa a nível mundial que sai a nível das Nações Unidas no gasto per capita de pessoa, para ter atenção para que não se possa gastar água em demasia e pagarem o mínimo possível. Eu gostaria que isso também ficasse abrangido nesse tipo de apoios para não gastarem demasiado. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, ó senhora vereadora, aquilo que eu perguntei em relação aqui ao subsídio de apoio ao arrendamento, era o que é que se entendia por necessidade emergente, porque não está aqui identificado do que é que se trata isto, e é uma



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



situação inesperada que um utente que tenha sofrido uma situação de desemprego, enfim, por hipótese, mas não está aqui explicado e identificado do que é que se trata. Era essa a questão.

----- Depois, há aqui uma questão que decorre daquilo que a senhora ainda agora disse, e era só para clarificar porque aqui também não vem informado. Em tese, um agregado familiar pode cumular estes apoios todos, portanto pode beneficiar de subsídio ao arrendamento, pode beneficiar da tarifa social, pode beneficiar de apoio a medicamentos e, portanto, não há aqui qualquer limite em termos da cumulação dos apoios que estão aqui em causa. Eu gostava que isso ficasse clarificado. E depois há aqui uma questão formal, que é só uma questão formal, mas que enfim, poderia e talvez deveria ter sido clarificada aqui na documentação que nos foi enviada.

----- Estas atualizações de valores implicam necessariamente a alteração a regulamentos municipais. Ora, isso não está aqui bem explícito na informação que nos foi aqui entregue, e não é por isso que vamos votar contra porque, enfim, as necessidades e a situação que vivemos hoje em dia é muito mais emergente do que propriamente aqui as questões formais, mas nós aqui temos que acautelar também as questões formais, e depois voltando aqui à primeira intervenção, eu perguntava diretamente ao executivo, se na reavaliação que vai ser feita até trinta de abril, se há ou não a possibilidade, *quicá*, ou não abertura para eventualmente rever aqui estes tetos máximos, por exemplo na tarifa social, por exemplo na questão dos medicamentos e por exemplo no apoio ao arrendamento, porque eventualmente, enfim, vamos esperar que não, mas eventualmente pode ser que a realidade demonstre que, se calhar, os valores estão aqui um bocadinho desfasados das necessidades das pessoas. Disse. -----

----- Ficou com o uso da palavra, a senhora vereadora da Câmara Municipal **Teresa Filipa dos Santos Mendes**, relativamente agora a estas questões colocadas pelo deputado João Caetano, dizer que a necessidade emergente é precisamente isso que acabou de dizer, é algo que aconteceu de forma inesperada no regulamento, não nestas medidas, realmente aqui não está explícito, mas depois nos regulamentos existe o que é que é considerado uma necessidade emergente, uma situação de desemprego, vamos imaginar num caso seja de violência doméstica, ou de um incêndio, temos o regulamento das necessidades habitacionais e aí, caso tenhamos uma casa disponível, é atribuída mesmo uma casa, não passa para arrendamento, mas são todas as outras situações de alguém que se vê de repente, ou baixou os rendimentos, ou outra coisa. Pronto, será avaliado pela técnica se é ou não uma necessidade emergente, ou se decorre, como anteriormente o regulamento, o intervalo era diferente e agora é possível que com a divulgação existam mais famílias a candidatar-se que agora enquadraram-se neste intervalo. Apesar de não ser emergente, porque na realidade a pessoa já necessitava, não lhe era dado, porque o regulamento não previa,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



mas nesta fase e com a aprovação destas medidas como disse e bem, é uma alteração ao regulamento, se for uma alteração ao regulamento tinha que ir a discussão pública e tem que seguir todos aqueles tramites que é conhecido de todos, por isso é que dizemos que é de carácter excecional, temporário e transitório, porque neste momento estão a ser feitas alterações aos regulamentos, a este e outros, a ser construído o regulamento de emergência social, o regulamento de apoio ao arrendamento, o da medicação e todos os outros a ser revistos neste sentido, porque os intervalos não estão decididamente adequados à realidade, porque estes regulamentos foram todos aprovados em 2012, aliás, o da comparticipação aos medicamentos em 2012, o de apoio ao arrendamento em 2012 também e o da tarifa social em 2013. Portanto, têm mais de dez anos não estão adequados à realidade e por isso estão em revisão e em construção para depois ir a discussão pública. -----

----- Em tese pode acumular todos os apoios. À luz dos regulamentos em vigor, supostamente não poderia aqui nestas medidas transitórias, na realidade em tese ele pode ter todos os apoios, sendo que para o apoio à medicação terá que ter a declaração médica que poderá na realidade não estar doente, mas pode no que diz respeito à tarifa social e ao apoio ao arrendamento, pode neste momento enquadrar-se e nos intervalos anteriores não se enquadrava. Portanto, vai haver aqui decididamente um acréscimo, daqui também os tais cento e quarenta mil euros e nós já fizemos agora o reforço que virá depois à Assembleia, precisamente nos apoios fizemos lá um reforço para que se possa apoiar todas estas famílias. -----

----- Quanto à água, não existe baliza de consumo de águas, não está previsto no regulamento e não vem aqui essa proposta de balizarmos o consumo de água, mas parte-se do princípio que uma pessoa que vive com dificuldades, não tem certamente em casa forma de gastar água, não tem um jardim, julgo eu, para regar, não tem uma piscina, pronto tem alguém que é o consumo diário que será o mesmo que teria com ou sem apoio, são é pessoas que na realidade veem-se em situações muito difíceis como já foi aqui mais do que uma vez referida, com um ordenado mínimo ou mesmo com estes mil e cem euros per capita, não é fácil com o valor agora, o de cabaz de compras e com a inflação e com tudo o que já foi aqui referido e também está referido na informação. Penso que já respondi às últimas questões. Disse, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, só vou ler aqui e só para esclarecer esse assunto, é uma preocupação que eu tenho, não só porque tenho preocupação pelas pessoas, como no Bloco de Esquerda somos dos que andamos mais aí a lutar por estas situações, agora também temos que ver também o gasto da água que não temos, e agora está a chover mas quando chegar o verão depois daqui a um bocado não



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



temos água novamente, e também o custo, que este dinheiro é de todos, não é? E tal como disse ali e disse bem a Ângela Quadros, realmente quem fez esta crise provavelmente foram os partidos que estiveram no governo e mais, e da alternância, e aqueles que ganham pouco mais são afogados em impostos. Basta ver as nossas folhas de ordenados, mas vou ler aqui, «segundo o portal da água diariamente cada pessoa gasta em Portugal média de cento e oitenta e sete litros de água, e essas tarefas são tão banais como cozinhar, limpar, lavar, entre outras. A média mundial é cento e dez litros de água». É esta tabela que eu acho que o executivo devia ter em conta nestes gastos e nesse controlo. Não digo que era cortar água às pessoas ou pagarem mais por aquilo, mas também haver um controlo e avisar e educar as pessoas para o consumo de água, porque aquela água está a ser paga por nós todos. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, obviamente que o Partido Chega está preocupado com todos estes grandes problemas sociais e que nos assolam por várias razões e mais algumas. De qualquer das maneiras, este problema já tinha sido levantado até pelo vereador não permanente numa reunião de Câmara no dia 4 de janeiro, da necessidade de haver um pacote de medidas face a esta crise económica que existe e de apoio às famílias, tanto que chegou ao ponto de apresentarmos uma proposta de uma loja social alimentar e o executivo ter negado e recusado e ter chumbado essa proposta. Portanto, há aqui um pouco de contrassenso para não dizer muito mais relativamente a este conjunto de medidas, mas de qualquer das maneiras, o Partido Chega vê isto com preocupação e acompanha obviamente esta matéria e esta proposta. Se bem que continua a dizer e que isto, enfim, cheira a pouco, e vamos lá ver é se aquilo que está previsto dos quase quatro milhões de euros para festas e eventos este ano, de certa forma não inibem aqui poder ir muito mais além num orçamento que é limitado e numa gestão pública de uma autarquia que é limitada pela própria intervenção do FAM, ou do PAM e, portanto, não só o Partido Chega vê isto com preocupação, como por outro lado, além da população dos munícipes, dos portimonenses, também não vê aqui discutida nenhuma medida para apoio às empresas. São as empresas que geram riqueza, são as empresas que geram emprego e não se discute nesta Câmara apoio também às empresas, e essas com certeza, até por aquilo que ouvimos todos os dias, cada vez têm problemas mais graves numa série de valências. Aliás, quem liga a questões macroeconómicas, ainda esta semana ouvi a senhora Christine Lagarde dizer e pedir na Europa para não se aumentar valores de vencimentos, para fazer face à inflação e ao consumo. Portanto, há aqui facilmente sinais que indicam que este tipo de apoios vão ser cada vez mais necessários e cada vez mais prementes. Aliás, fico admirado mais uma vez e ficamos admirados mais uma



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



vez deste tipo de questões não serem levantadas em sede de orçamento também e, portanto, é óbvio que lamentamos e há aqui outra questão que também parece importante. Cada vez mais estas questões têm que ser discutidas de uma forma suprapartidária, e parece-me que há aqui um *gap* grande, porque poderia haver aqui uma intervenção de todos os partidos numa reunião magna para fazer face a uma série de ideias e um conjunto de situações que poderiam ser como disse e escreveu na declaração de voto o nosso vereador não permanente Pedro Xavier, faria aqui e traria aqui questões democraticamente mais elaboradas e para responder àquilo que é a necessidade do local e à necessidade do nosso município. Portanto, o Partido Chega irá aprovar e dar seguimento também a esta deliberação com declaração de voto, tendo em conta estas questões, até porque, curiosamente, até para as empresas o valor da derrama manteve-se exatamente igual no escalão máximo de um vírgula cinco, que é salvo erro o segundo ou terceiro município do Algarve à taxa máxima. Portanto, até nisso não se viu aqui e que a autarquia pode ir muito mais além, não me venham dizer outra vez por favor que é por causa do garrote financeiro e da intervenção do FAM não deixa negociar estas coisas. Não, podia-se ir mais além, o próprio IMI, a redução da taxa do IMI podia-se ir mais além. Porquê? Porque o que está subjacente a tudo isto, é a redução da dívida, enquanto não reduzirmos mais dívida, a capacidade negocial de gestão pública da autarquia está permanentemente limitada. Portanto, temos que ter isso em consideração e uma série de valências. Portanto, aquilo que eu peço ao executivo, é exatamente para questões destas serem levadas em consideração, que têm que ser supra partidárias e discutidas de uma forma mais respeitosa, mais coerente e mais lógica para todos aqueles que nos elegeram e que nos fazem estar aqui. Disse. -----

----- Pede o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, eu desejaria fazer apenas um apontamento sintético, até pela circunstância do carácter genuíno da afirmação do deputado Pedro Mota e do posicionamento de que está subjacente, e que me pareceu, digamos, de uma simplicidade no bom sentido, uma simplicidade que não teve em conta, porventura no seio desta inocência, não teve porventura o preconceito relativamente à pobreza. Eu confesso que tenho muita dificuldade em alinhar nesse preconceito que tendencialmente vai no sentido e na lógica do policiamento dos pobres, no policiamento da pobreza, e curiosamente é um preconceito que algumas pessoas até, digamos, públicas neste país, às vezes têm, enfim, num outro quadrante político. Portanto, penso que este preconceito atravessa, digamos, a sociedade em geral. A senhora Isabel Jonet, enfim, de todos nós conhecida, dizia que os pobres não sabiam gastar o dinheiro, não é? De facto, a questão crucial não é eles não saberem gastar o dinheiro, o problema é eles não terem dinheiro para poder saber onde gastar, portanto a questão é outra.



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Portanto, nesse sentido permita-me, enfim, com todo o respeito que me merece e toda a consideração e amizade, que lhe diga que pode estar a incorrer nesse preconceito, digamos, de forma inconsciente, mas enfim, este alerta não tem carácter destrutivo nem crítico, é o que é e vale o que vale, face à forma absolutamente genuína como apresentou a sua argumentação, pronto, que tem a sua validade intrínseca do seu ponto de vista, e eu respeito isso. Muito obrigado.

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, era só para pedir à senhora vereadora que respondesse a uma questão que ficou por esclarecer, era se há disponibilidade ou não do executivo para, em sede de reavaliação aqui destas medidas, para eventualmente aumentar os tetos máximos aqui dos rendimentos para efeito de atribuição da tarifa social e outros apoios. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, só para dizer que não foi nessa visão que o senhor deputado do PS viu, mas também era uma questão ambiental e também não só de respeito também mútuo para todos os que nos ajudam. Interpretou-me assim, espero bem que não seja assim, mas também quero dizer que quem criou os pobres e quem cria os pobres é o PS e o PSD que estiveram lá no governo, vocês é que criaram os pobres e gostam dos pequenos pobrezinhos. Eu acho que é melhor dar a cana e ensinar a pescar, do que dar o peixe. Isso é que é, infelizmente o que estamos a criar aqui é dar o peixe, não se dá a cana e não se cria. Então querem é pequena caridade, gostam de pequena caridade, dar votos, é isso. Tenho dito. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, senhora Presidente, a senhora vereadora já respondeu, irá ser avaliado mediante os pedidos e se virmos que cai nessa necessidade, iremos trazer, até na alteração do novo regulamento iremos trabalhar com todos para trazermos aqui a esta Assembleia, a senhora vereadora já respondeu nesse sentido, que estamos disponíveis para aumentar os valores e para trabalhar com todos também neste sentido. -----

----- Depois, quanto à loja social, nós não aprovámos a loja social, dada as nossas associações de cariz social que já temos em Portimão e que fazem um brilhante trabalho, e foi por isso que não aprovámos a moção que foi apresentada pelo elemento do Chega. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, o que eu tenho visto, e são pertinentes, são intervenções que falamos do limiar da pobreza, vamos cobrar mais taxas para dar, é o tirar e o dar. Mas durante um ano e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



meio que eu estou aqui, quase um ano e meio, ou se calhar até mais, eu nunca vi uma medida deste executivo para desenvolver a economia desta cidade, para tirar esta cidade do limiar da pobreza. Nós temos uma cidade com ordenado mínimo, a maior parte da população vive com o ordenado mínimo. Uma cidade com os empregos sazonais. Ainda não vi uma única medida que possa promover a economia da cidade que não seja agravamento dos impostos e as taxas. Quer dizer, fala-se, perdemos aqui quase uma hora a falar da pobreza e limiar da pobreza, eu estou aqui há um ano e meio como os senhores estão e se calhar já há mais tempo do que eu e nem uma medida há quatro ou oito anos para desenvolver economicamente esta cidade. É dependência, é dependência de subsídios e a vossa preocupação é o limiar da pobreza. Estranho, espero que no futuro promovam, promovam debates, promovam assembleias extraordinárias talvez para sugerir algo mais do que têm sugerido até agora, porque eu realmente não percebo. Portimão, a continuar assim, vai continuar a ser uma cidade pobre com empregos sazonais, vamos ter agora, se calhar, aí um hotel aqui no meio da cidade, o hotel tipo Dubai, que vai fechar certamente em janeiro, e de janeiro a março está tudo fechado, não há, vamos todos para o fundo desemprego e vamos todos para o subsídio. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o ponto 2-b) - Discussão e Votação do conjunto de medidas com carácter excecional, temporário e transitório, que permita mitigar os efeitos nefastos da crise, em termos económicos e sociais, e que permita dar respostas às situações de necessidade das famílias – “Aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do Município”, nos termos das disposições conjugadas dos arts. 3º e 24º e da alínea g) do nº1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09 – nos termos da Proposta - Deliberação nº 31/23, tendo sido obtido o seguinte resultado:

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- Foi aprovado, **por unanimidade**, o conjunto de medidas com carácter excecional, temporário e transitório, que permita mitigar os efeitos nefastos da crise, em termos económicos e sociais, e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que permita dar respostas às situações de necessidade das famílias, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 31/23.** -----

----- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o ponto 2-c) Discussão e votação da aquisição do prédio urbano conhecido por “Edifício Alfagar”, sito em Portimão, descrito na Conservatória do Registo Predial de Portimão sob o nº 10427 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 5947, freguesia de Portimão – “Autorizar a Câmara Municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes a RMMG, e fixar as respetivas condições gerais”, nos termos da alínea i) do nº1 do art. 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09 - nos termos da Proposta - Deliberação nº 14/23, declarando abertas as discussões para quem pretendesse usar da palavra. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, relativamente aqui a este ponto da ordem de trabalhos, à discussão e votação da aquisição do prédio que é conhecido por edifício Alfagar, analisamos aqui a documentação que foi remetida aos deputados municipais e temos aqui algumas dúvidas que gostaríamos de ver esclarecidas. Antes de mais, estranhámos que o relatório de avaliação do perito da Câmara apresente aqui um relatório datado de 21-03-2019. Portanto, já decorreram quase quatro anos. Nestes quatro anos terá havido certamente oscilações de mercado, não sabemos a razão de porquê vir um relatório tão datado, quando o relatório aqui apresentado pelos proprietários de imóvel é de final de 2022. Essa é uma das questões. -----

----- Outra questão, prende-se com a utilização que se prevê dar àquele edifício. Fala-se aqui na instalação de uma loja de cidadão e ficamos sem saber o que é que, quer dizer, a documentação aborda isso mas não é muito clara, se o balcão único deixa de existir e irá lá ser instalado e acaba-se aquilo que é denominado, aquele conjunto de valências à qual atribuímos o nome de balcão único, se passa a haver uma única loja de cidadão com as valências que já existem no balcão único, o que é que vai acontecer àquele contrato de arrendamento onde está instalado o balcão único, custa trinta e seis mil euros por ano, e depois qual é a garantia que o executivo municipal tem, de que o IRN venha a instalar naquele edifício as conservatórias de registo predial automóvel e civil. E para além dessas garantias, qual é o modelo de cedência que está previsto, se é um comodato, se é um arrendamento, qual é o valor, etc. Na documentação, aquilo que nos aparece é uma carta do IRN datada de 4 de janeiro deste ano, que diz que têm interesse em que as conservatórias venham a ser instaladas naquele espaço, e é só isso. Portanto, não há nada que vincule de forma mais efetiva o IRN à instalação das conservatórias naquele espaço. E



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



relativamente, portanto, ao balcão único e ao edifício onde está instalado, se de facto vão denunciar o contrato ou não vão, e relativamente a este edifício do Alfagar, imaginemos que esta negociação com o IRN não é bem sucedida, qual é o plano B que existe para a aplicação e para a utilização daquele edifício. Imaginemos que o IRN rói a corda, uma vez que não está vinculado, qual é o plano B, qual é a alternativa que existe, uma vez que vamos empatar quase um milhão de euros, que é bastante dinheiro, qual é a expectativa ou o plano B para a utilização do mesmo.

----- Pede o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Américo Leonor da Conceição Mateus**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que queria partilhar uma reflexão sobre o tópico em análise, pode não estar diretamente com o foco, mas vão perceber que tem o enquadramento do assunto que nos traz aqui. Temos a responsabilidade de pensar várias gerações à frente, devíamos ter a humildade de perceber que à escala do tempo somos um mero e efêmero microssegundo e que perante a dimensão da natureza somos um microrganismo. Esta dimensão inicial resume um pouco a profundidade que queremos ter sobre os conteúdos e sobre as abordagens que devemos ter quando pensamos, desenhamos ou dirigimos uma cidade. São também princípios e valores que devemos procurar para contribuir e intervir ativamente para o bem comum, para a comunidade e para o desenvolvimento do território. -----

----- Sobre a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Portimão para a aquisição do edifício Alfagar, queria deixar o seguinte racional. No contexto atual do centro da cidade onde este edifício se enquadra, urge, melhor, é mais urgente e prioritário pensar a sua regeneração, rejuvenescimento, dinamização, desígnio para o qual esta proposta não nos parece ser um fator de ignição ou alavanca de desenvolvimento que o mesmo necessita. Bastaria olhar para estudos de entidades como o Banco Mundial, a Comissão Europeia e diferentes governos mundiais que estão a produzir informação sobre os centros antigos das cidades e a sua regeneração, como o governo inglês e o governo australiano que estão disponíveis, são públicos e relacionados com boas práticas de regeneração dos centros das cidades antigos por exemplo, para entender que as soluções para o problema da perda da dimensão e da competitividade comercial destas áreas passa muito mais pela atração de jovens, pela transformação digital e pela transformação da tipologia do edificado e uma oferta de habitação diferenciada e fertilizada pela criação de estratégias de oferta nas áreas da alimentação, da arte, digital e da cultura. Todos estes estudos ressaltam ainda a estreita relação que a visão estratégica pública deve ter com a ação positiva do privado. Não passa pela criação de serviços que não atraem pessoas para viver estes espaços, mas, pelo contrário, complicam a sua mobilidade, o estacionamento e no fundo são efêmeros para



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



qualquer impacto significativo que se pretende económico. É continuar uma visão da cidade para os carros e para os serviços e não para as pessoas, nem a orientada para o desenvolvimento da comunidade. -----

----- No documento apresentado, dizem que a estratégia de futuro passa por uma visão integrada de serviços e de atendimento público e privado no mesmo espaço de fácil acesso numa lógica de cidades com respostas de proximidade. Verdade, mas todos estes estudos indicam que este tipo de visão integrada tem de estar inserida corretamente na malha urbana e na visão estratégica no seu desenvolvimento. -----

----- O imóvel também diz que o imóvel pela dinâmica de entidades públicas e privadas irá acomodar, contribuirá com a afluência de cidadãos para o centro da cidade e isso constituirá uma âncora para a envolvente. Como, quantos, que estudos foram realizados? Se assim fosse, porque continuam a fechar lojas nesta área, já existindo hoje um balcão de serviços da Câmara, ou a nova sede da Junta de Freguesia. O que vemos é que continuamente o modelo que está instalado a continuar a cair. Repensar as cidades, nomeadamente os seus centros antigos, que precisa de ser centrado em trazer de volta a vida e a alma que os centros perderam, ou seja, a natureza e as pessoas. -----

----- Esta perspetiva será sempre vista por muitos como ilusória ou utópica, especialmente por aqueles que não querem mudar a sua perspetiva do que é uma cidade, o que deve ser prioritário. Continuam a acreditar em modelos de cidades orientados para os serviços e para os carros e não para a qualidade de vida, para o bem-estar e para o usufruto da vivência dos cidadãos. -----

----- Para fazer diferença hoje precisamos de imaginar um amanhã melhor, mais puro, em maior harmonia e em reciprocidade cooperante entre a natureza e o humano. Para além de uma fonte inexpectável de inspiração de sistemas ou produtos em natureza, é também a fonte da vida, não há vida sem natureza. Mais que seja esta a razão, precisamos de ter a natureza nas nossas cidades e nos nossos bairros. O centro antigo de Portimão está muito longe desse objetivo. -----

----- Planear o desenvolvimento sem pensar a natureza e a humanidade, é a maior certeza que estamos num caminho errado, conducente a um não futuro e a um não lugar. Por fim, começa tudo e acaba nos princípios de desenhar uma abordagem centrada nas pessoas, na natureza e no seu equilíbrio, onde a participação e a cidadania ativa sejam os modelos de governança, sabendo ouvir, dialogar, criar pontos e fundir perspetivas num só bem comum, que visa então a qualidade de vida e o bem-estar, o dever de deixar uma narrativa viva e que possa ser complementada pelas futuras gerações. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- É tempo de Portimão passar a ter narrativas de futuro e não modelos de passado. É tempo de ter uma visão integrada para a regeneração do centro da cidade que enfrente verdadeiramente os problemas. O modelo de desenvolvimento do centro tem de ser profundamente alterado. ----

----- É preciso envolver os cidadãos e os empresários na cocriação desse modelo, e acreditamos profundamente que não é um edifício de serviços que irá fazer agente de mudança de qualquer desenvolvimento social e económico, e deixem também turístico, que é necessário e urgente para a cidade de Portimão e para o centro da cidade de Portimão. -----

----- Gostaria só de concluir, porque disse as palavras ilusório e utópico. Posso trazer aqui exemplos concretos, vividos por mim em Ostrastuc na Dinamarca, com exatamente a mesma dimensão que a cidade de Portimão, que repensou o seu modelo, criou uma cidade nova para atrair dez mil pessoas, mas para isso fez e com os cidadãos, fez com o setor privado, investiu nas infraestruturas, desenvolveu inovação escolar e inovação de serviços sociais e seis anos depois, porque envolveu o setor privado, teve o retorno desse investimento que pode reinvestir na cidade. Portanto, é possível ter outros modelos de desenvolvimento. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PAN **Daniela Marlene da Conceição Duarte**, nós compartilhamos das muitas questões que a deputada Marta fez, e neste sentido, perguntamos então qual é que é o valor das obras para adaptação do edifício e qual o tempo das mesmas, e uma vez que este edifício tem dois apartamentos, quais vão ser as suas funcionalidades. -----

----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que as suas questões são parecidas com as questões da Daniela. Portanto, a minha dúvida é o seguinte, gostava que esclarecesse se existiu algum estudo sobre a ocupação funcional e económica do edifício de acordo com a matéria em questão, com a matéria que querem lá, portanto o fim para o qual vão adquirir. -----

----- Outra situação, se existe algum estudo prévio e a nível de custos para a reabilitação do edifício, se sabem quanto é que vão despende na reabilitação do edifício. E se foi ponderado nesta decisão a utilização de algum património municipal para instalar os referidos fins, os referidos serviços. As questões que eu quero colocar, são estas. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, a proposta de aquisição do edifício Alfagar, não seria preferível a construção do edifício de raiz, adequado, desenhado e pensado para agregar todos os serviços em questão, com estacionamento e de fácil acesso. O valor da aquisição a somar à reabilitação e para dotar o edifício num verdadeiro espaço de multisserviços. Não sabemos o valor da sua reabilitação,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



atendendo à classificação energética D, deverá à partida um valor avultado na substituição de janelas, portadas, de elevadores, ares condicionados, da parte elétrica, climatizações, WC, tal como o plano de segurança. -----

----- Aqui no plano de segurança ainda ponho mais uma questão, é se tem espaço para fazer uma escada de segurança metálica como a maior parte destes edifícios têm em fuga de incêndio. E pelos vistos, o metro quadrado no momento, eu vi um metro quadrado de habitação, não de construção deste tipo de construções para estes serviços, mas pronto, dado que o metro quadrado para a habitação em Portimão no mês de janeiro custava dois mil trezentos e noventa e oito vezes os oitocentos. Oito mil metros quadrados dava um valor aproximado de dois milhões de euros. Isto são os valores para a habitação, como já tinha dito. Por isso eu não sei se não era melhor fazer um edifício de raiz como já foi dito aqui. Se existe algum acordo prévio com o IRN para a sua coabitação e elaboração de um projeto e participação de fundos também de estatais, ou também da comunidade europeia. Se têm a verba cabimentada e se o tribunal de contas aprova este tipo de investimento, visto que a Câmara Municipal de Portimão tem o FAM e o PAM, e uma dívida avultada. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Eduardo Gonçalves**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que ele enquanto membro do PSD e da JSD vem aqui falar de juventude. -----

----- Portimão tem um grande potencial a nível do ensino superior. Portimão tem, segundo dados presentes no site da Câmara, em todos os escalões de ensino, onze mil trezentos e noventa e quatro alunos, sendo que no ensino superior tem no setor público quatrocentos e quarenta e sete alunos e no privado setecentos e trinta e quatro, o que perfaz um total de mil cento e oitenta e um alunos, ou seja, dez vírgula trinta e sete por cento dos alunos de todas... o ensino superior tem dez por cento dos alunos da cidade de Portimão. Ora, tendo em conta a proximidade que este edifício tem das universidades, quer do ISMAT, quer da UALG, tendo em conta o investimento de no mínimo novecentos mil euros que a Câmara vai fazer, tendo também aqui em consideração que é um edifício que tem duas zonas distintas, uma designada ao comércio onde se pode então instituir lá o Instituto de Registos e Notariado e noutra uma parte habitacional com dois apartamentos, a minha questão é, o executivo camarário tem um plano para esta parte habitacional deste edifício? Esse plano que o executivo tem passa por alojamento universitário, ou esse plano não existe? Ou por outro lado, se o executivo camarário quer ir mais além? E tem neste edifício uma perspetiva de instaurar um espaço onde possa dar apoio aos alunos do ensino superior de Portimão, quer seja



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



um local onde eles possam usar uma infraestrutura para o seu estudo, ou até um gabinete de apoio aos mesmos. Obrigado. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, e se calhar passaria já a responder até às últimas questões que também nos preocupam muito, e das reuniões que temos tido com os estudantes da nossa cidade, pedem muito no centro da cidade uma sala de estudo e, portanto, é das coisas que também vamos querer fazer é uma sala de estudo, não será neste edifício, mas há uma coisa que, para breve, irá ser apresentado um projeto no centro da cidade com uma sala de estudo para os nossos estudantes universitários e não só e, portanto, estamos a pensar também, a nível de um terreno, já foi cedido um terreno também à universidade para que pudessem fazer habitação para os jovens, para os estudantes e, portanto, estamos disponíveis e estamos a trabalhar nesse sentido. Acho que estas questões também nos são transversais a todos e nos preocupa a todos. -----

----- Quanto ao edifício da avaliação, na realidade até a caderneta da autoridade tributária é superior ao valor que vamos fazer a aquisição daquele edifício, ou que pretendemos fazer a aquisição e, portanto, quanto à avaliação do edifício, neste momento temos a avaliação do proprietário, temos uma que foi pedida por nós, este assunto já vem sendo falado há muitos anos e negociado pelos anteriores executivos também, e é um edifício que sempre pensamos que, caso não haja nenhuma loja âncora para ir para ali, era um bom edifício para ser da Câmara Municipal, até com muitos serviços que queríamos lá pôr e se virem os nosso trabalhadores aqui ou os nossos colaboradores, também necessitam de algumas instalações para melhorar o seu trabalho. Neste momento, e dado que o IRN pretende e que as condições na conservatória não são as melhores para os nossos munícipes e dado a disponibilidade do IRN alugar o edifício ou parte do edifício e pagar as obras, e devo dizer que a preocupação, mas isto está a ser negociado, assim como também já tivemos da parte das finanças, também gostavam de vir para ali e, portanto, aquele edifício tem várias características, mas não vai é caber tudo e, portanto, é mesmo por isso e acho que as finanças também estão bem no sítio onde estão, não têm que vir para o centro da cidade e por isso trabalhamos em várias vertentes. O senhor vereador José Cardoso tem tido várias reuniões com o IRN e já manifestaram intenção de estar lá e a preocupação também já com os elevadores, gostava de dizer ao senhor deputado Pedro Mota, os elevadores neste momento além de estarem em condições, têm a vistoria feita, senhor deputado e, portanto, aquele edifício tem monta-cargas e tem elevador. Aquele edifício anos oitenta, foi muito bem concebido, é um edifício que não tem humidades nenhuma, fiquei espantado quando fui fazer uma visita àquele edifício, é um edifício com facilidade em termos lá serviços a trabalharem e, portanto, era um edifício que o executivo



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



acha que é central na cidade e, portanto, pretende reabilitar e pretenderia comprar aquele edifício quaisquer que fossem as razões. Portanto, senhora deputada, é uma mais-valia para o município a compra daquele edifício e como é óbvio o tribunal de contas, depois de ser aprovado por esta Assembleia, irá a tribunal de contas o valor da aquisição do pretendido. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para dizer que as duas questões que a bancada do Partido Chega teria aqui para colocar, enfim, em parte já foram faladas agora pelo senhor Presidente em exercício, mas de qualquer das maneiras, agora com esta explicação que acabou de dar, vamos lá ver se não temos aqui um Rossio na rua da Betesga, não é? Não tarda nada este edifício vale tanto, tanto, tanto, tanta procura que tem que o melhor depois a seguir era haver aqui alguma renegociação de comprar e vender, porque isto realmente segundo as contas e agora deixando a ironia de lado, segundo as contas que estivemos a fazer, colocar o balcão único e o Instituto de Registos e Notariado, apresenta, segundo a área disponível, um défice quase de cerca de trinta a trinta e cinco por cento. Não sei se fizeram estas contas ou não, mas isto também me surge aqui outra questão que é, se tal e qual como já alguém aqui perguntou, se houve algum estudo sobre o impacto desta área disponível, se houve algum estudo económico, se houve algum estudo de transição para perceber realmente se é possível ou não, dada a área disponível, aquilo que se quer lá colocar e o que se quer fazer. -----

----- Depois, outra questão que coloco é também em termos de seguimento daquilo que o senhor deputado Pedro Mota falou, qual é que é o impacto financeiro, ou qual é que é o valor final do custo previsto para colocar este edifício a funcionar tal e qual se pretende, uma vez que estamos aqui a deliberar sobre a aquisição de um imóvel de quase um milhão de euros que não estava orçamentado, mas que já vem sendo negociado há uma série de tempo. Portanto, se não estava orçamentado este valor há-de ter que ser retirado de algum lado do orçamento de 2023 ou de um orçamento plurianual. Portanto, isto não estica mais uma vez, não é, e como não estica, dado até, e convém estar permanentemente a relembrar a intervenção que esta autarquia tem e da dívida que tem. Portanto, estas coisas têm que ser obviamente todas medidas e colocadas entre o benefício e custo e, portanto, por aqui fico. Obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, bom, se dúvidas houvessem quanto à falta de planeamento desta decisão que está aqui em cima da mesa, a intervenção que o senhor Vice-Presidente acabou de fazer, é particularmente elucidativa do que é que foi o inexistente



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



planeamento que presidiu a esta decisão. O senhor Vice-Presidente disse que a Câmara pretenderia comprar qualquer que fosse a finalidade daquele imóvel. Ó senhor Vice-Presidente, eu lamento informá-lo, mas nas atribuições do município não cabe falar, no elenco das competências e atribuições que a lei atribui ao município não cabe a acumulação de património imobiliário, a Câmara não é um fundo de investimento imobiliário e, portanto, há, ou deve haver, deveria ter havido aqui neste caso também um estudo prévio e uma avaliação de custo benefício da aquisição daquele bem para a finalidade a que se destina, que aqui não existiu manifestamente, e não está em causa o valor do imóvel, porque isso é um mero negócio imobiliário, é saber se o preço que vai pagar, eventualmente os custos associados depois à reestruturação do edifício e à instalação lá de vários serviços, se justificam ou não o investimento. Isso é outra questão. A questão é, a relação custo benefício desse investimento para aquilo que se pretende para aquele edifício, e aí estamos completamente a zeros, porque os senhores não planearam manifestamente esta intervenção e esta aquisição. Portanto, os senhores fizeram uma análise meramente empírica e olhando para a fachada do edifício onde está o Alfagar, acharam por bem que ali ficaria bastante bem a conservatória de registo predial, do civil, do comercial e se calhar as finanças, bom se calhar o BUM, e se calhar outra coisa qualquer, enfim, o SEF eventualmente também poderá ir para ali ou outro serviço qualquer que agora aqui apareça. Portanto, isto é a completa e total ausência de planeamento, e é o princípio a que os senhores estão sujeitos, e eu espero que o tribunal de contas olhe para isto com olhos de ver, que é o princípio da boa administração que está previsto na lei, e este negócio que aqui está feito desta forma e com esta falta de fundamentação, não passa por esse crivo manifestamente, não irá senhor Vice-Presidente, o senhor não está a gerir os dinheiros sem os tais, são os dinheiros públicos, pois exatamente e, portanto, tem que fundamentar devidamente quando é que aplica, quando aplica este valor de quase um milhão de euros, mais aquilo que ele irá custar, que o senhor diz que eventualmente o IRN, bom se calhar vai suportar, bom e não sabemos, talvez sim, talvez não, é mais uma questão que também está por definir e, portanto, isto é um cheque em branco que os senhores pretendem. E depois há outra questão também, eu gostava de saber qual é o impacto que os senhores esperam ter ali de afluência de pessoas à cidade e também não está aqui justificado. Seria mensurável e seria, enfim, pelo menos avaliável saber mais ou menos quanto é que esperam trazer ali, em número de pessoas diariamente se instalarem ali estes serviços, porque não está aqui também fundamentado, porque os senhores não fizeram esse trabalho de casa e, portanto, há aqui uma série de questões que estão por esclarecer, e as questões já foram colocadas por esta bancada que não foram respondidas pelo senhor Vice-Presidente e outras questões de outras bancadas também não foram respondidas, e



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



eu pergunto, os senhores estão à espera que nós aprovemos um negócio destes com esta fundamentação? Senhor Vice-Presidente, pela nossa parte aqui nós não viabilizamos esta aquisição da forma como isto está aqui apresentado. Ou bem que o executivo fundamenta devidamente esta operação, ou então merecerá o nosso voto contra. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para reiterar a sua questão, porque o senhor Vice-Presidente não respondeu. Existiu algum estudo prévio para ocupação funcional, em termos económicos o que é que significava a aquisição deste edifício? O senhor Vice-Presidente não respondeu, portanto se existiu algum estudo prévio para reabilitar o edifício também não respondeu. A avaliação, temos uma avaliação de dois mil e dezanove, a minha questão é a seguinte. Está a ponderar em pedir nova avaliação?

----- Outra situação. O senhor diz que a intenção é adquirir aquele edifício a qualquer custo, ou para qualquer fim. A minha questão é a seguinte. É este sentido que este senhor tem do fim público? É isto que este senhor Vice-Presidente entende por uma boa gestão autárquica? É que se conhece a lei, é que não é adquirir, porque nós estamos apaixonados por um edifício, porque gostamos, temos dinheiro público e muito menos se justifica esta afirmação e a leviandade nestas palavras, quando nós temos um orçamento a onerar os munícipes em taxas e impostos. Isto é gravíssimo e esta afirmação do senhor Vice-Presidente é gritante! -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que é assim, é com agrado que o PSD verifica a preocupação do executivo com o estado dos serviços do IRN. E acho que é de louvar essa preocupação, porque de facto os portimonenses há muito tempo que se encontram muito mal servidos nessa área, mas acaba praticamente por aqui o agrado desta proposta que nos trouxe aqui o executivo. Ora bem, fazendo aqui uma súmula muito rápida, o executivo propõe-se a gastar novecentos mil euros num edifício que estão dispersos em vários andares, logo aí a nível de mobilidades isso condiciona, não é o mais adequado para um espaço destes a meu ver. Além disso acrescem despesas de adaptação, vêm com a justificação que o IRN pode ir para lá mas afinal não é certo, não se sabe bem, o IRN é muita coisa, vai tudo, vai só o *front office*? Vai só a parte do civil, vai só a parte do comercial? O que é que vai? É que se for tudo às tantas ocupam o edifício todo e não há espaço para os serviços do balcão único, mas aqui o problema é mais grave, é a falta de visão e a falta de estratégia deste executivo que, pelo que vemos aqui, desde 2019 planeia esta operação e não consegue ter a lucidez e procurar instrumentos financeiros e concorrer, nomeadamente a candidaturas no âmbito do PRR, o ano passado por exemplo foram dezanove lojas do cidadão que foram financiadas, financiamentos esses



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



a fundo perdido e de novecentos mil euros, que é o valor máximo ao qual Portimão podia, se tivesse apresentado um projeto capaz, de ir buscar esse financiamento e não estaríamos aqui a gastar o dinheiro dos portimonenses diretamente, estaríamos a gastar o dinheiro do orçamento do estado, ou então próprio da União Europeia. E depois é assim, Portimão gosta de se intitular e muito bem como a capital do Barlavento Algarvio, mas depois parece que se satisfaz com um espaço do cidadão, que é o que nós temos, o balcão único é tipo um espaço de cidadão junto com a agência para a modernização, que nós temos o protocolo. O que nós temos é ali um espaço de cidadão e com os serviços inerentes. Porque não Portimão perspetivar uma verdadeira loja do cidadão que tinha muitos mais serviços agregados, tinha um horário alargado e que permitiria certamente facilitar a vida dos portimonenses e dos concelhos limítrofes à volta, atraindo essas pessoas que viessem a Portimão em vez de ir a Faro como hoje em dia acontece, para tratarem dos seus assuntos. -----

----- Depois, fala-se também da instalação naquela zona de uma *start-up* para dar apoio às empresas e tudo. Porque não além da loja do cidadão agregar num edifício de raiz e com base nestes projetos que são financiados a fundo perdido, volto a dizer, em montantes bastante elevados, um espaço a empresas, e que abrigasse aí de facto um gabinete de apoio à criação de empresas para esclarecimentos, que pudesse registar marcas, que pudesse registar empresas na hora e esses serviços todos. Não seria essa uma visão muito mais estratégica para Portimão e que iria colocar Portimão como a capital do Barlavento algarvio e atraindo, quer as pessoas de Portimão e ajudando os portimonenses, mas também as pessoas que estão aqui à nossa volta? Esse seria o caminho do PSD, mas mais uma vez o PS propõe-nos uma solução aqui em cima do joelho de qualquer coisa, que gastámos dinheiro, não procurámos sequer fontes de financiamento, não procurámos nada mais uma vez, assim como foi com a Junta de Freguesia de Portimão. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, o Bloco de Esquerda em tempos já trouxe aqui várias moções sobre a loja do cidadão, que era até a última das moções que o Bloco de Esquerda trouxe, até era de segunda geração e como foi dito aqui e bem, não era o PRR, mas era outro PRR que tinha também a fundos perdidos e a Câmara não prevê de todo. -----

----- Outra situação que eu digo aqui, é que a Câmara Municipal tem um sítio próprio, tem o terreno e tudo, ao lado da praça onde está aquele estacionamento a céu aberto, é o sítio ideal para fazer um edifício destes, dotar um edifício desses, fazer uma garagem com menos um e o menos



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



dois e um edifício ali de raiz e gastavam o mesmo dinheiro, e se este edifício fosse tão bom e fosse tão barato ele já não era para a Câmara, já tinham vendido. Fica aqui a deixa, tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do PS **José Manuel Figueiredo Santos**, na verdade, nós, o PS, temos ouvido com de facto muita atenção todas as intervenções deste domínio e efetivamente todas elas numa perspetiva, digamos, mais ampla, pensando uma visão mais estruturada das atividades administrativas da Câmara Municipal e naturalmente de outros serviços.

----- O professor Américo Mateus abordou, e muito bem digamos, a questão dos modelos de governação, e elencou um conjunto de enunciados académicos, eu diria, a propósito, digamos, do novo urbanismo da cidade, que parece particularmente importante e que os políticos não devem ficar indiferentes nesta matéria. Portanto, partilhamos inteiramente desse tipo de preocupações, naturalmente sem prejuízo de nos atermos a esta questão mais particular e que, enfim, pensamos que ela de facto é mais uma questão emergencial e de oportunidade de mercado, do que propriamente, digamos, um repensar assinado ao abrigo de um planeamento de desenvolvimento urbano, e isso é necessário efetivamente para Portimão. Portanto, não vamos descurar esses aspetos analíticos só porque de facto eles vêm da oposição, ou seja, dir-se-ia que no seio do balcão único existente que, enfim, é um edifício de arrendamento municipal, que a Câmara ao efetuar, digamos, esta troca de um aluguer por algo de que se apropria na qualidade de proprietário, penso que beneficiará naturalmente os portimonenses. Portanto, há que ver este aspeto que talvez tenha sido um tanto ou quanto secundado, não é? -----

----- Depois, há que perceber isto. Quem tem a experiência de administração municipal, naturalmente terá que ter sempre um trabalho de retaguarda, trabalho técnico digamos, que confira suporte a este tipo de opções, e é compreensível que nesta matéria, sobretudo nas decisões políticas, temos aquilo que é o desejável e aquilo que é o possível, e nem sempre aquilo que é desejável é possível, isto enfim, sem prejuízo de pensarmos que esta proposta não será tão superficial assim pese embora não dite à transparência esses requisitos dos estudos técnicos de suporte. Dir-se-ia que do ponto de vista formal foram adotados os procedimentos necessários e suficientes e que constam da avaliação do prédio por parte do perito credenciado pela CNVN, não tenho conhecimento jurídico suficiente para me pronunciar sobre outro tipo de requisitos, parecem-nos à partida que estes aqui do ponto de vista formal serão, digamos, os necessários e suficientes. Agora, do ponto de vista conceptual, vamos lá ver. É evidente que a nossa imaginação tem uma tendência para transcender sempre a realidade, ou seja, nós muitas das vezes agarramo-nos a propósitos e nem sempre eles são exequíveis. Todavia, aqui aquilo que me parece do ponto de vista conceptual, é que há uma ideia de evitar a dispersão de serviços, os serviços obviamente



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



precisam de ser, enfim, pensados de forma integrada e concentrados num só espaço, e as afirmações que a Câmara produz a este respeito parecem razoáveis, ou seja, eles vão procurar mitigar esta tormenta burocrática, enfim, que secularmente nos tem acompanhado. Nós temos tido uma cultura burocrática tremenda. -----

----- Eu diria que o princípio da boa administração reside desde logo no facto desta negociação poder ter em conta justamente a extensão de um encargo permanente que é o de arrendamento. Portanto, digamos que o encarecimento da obra, chamemos-lhe assim, por parte daquilo que tem a ver no fundo com a remodelação e as exigências funcionais, prende-se um pouco com isto. Portanto, salientando as vantagens, parece legítima esta preocupação do executivo com a revitalização dos espaços urbanos. Vamos lá ver, esta preocupação do executivo com a revitalização dos espaços urbanos, eu creio piamente que é genuína, possa ela efetivamente ser eficaz ou não. De resto, o vazio resultante dos espaços nesta crise instalada pelo fordismo. Vejamos, Portimão é uma cidade que tem vindo de crise em crise, e isso não tem só a ver com a administração do executivo camarário, atenção, nós tivemos uma crise pós-fordista profunda e uma atividade absolutamente, eu diria mono, não é? Atividade mono ligada à indústria conserveira, às fábricas de conserva, passámos para outra mono funcional, o turismo. Quer dizer, passamos de um erro para o outro, quer dizer de um erro ou de um acidente, melhor dito para o outro e, portanto, ainda não nos reabilitámos enquanto cidade. Esta cidade é uma cidade que está por reabilitar. Portanto, nesta crise industrial, sobrepôs-se de facto uma outra que depois cumulativamente levou a problemas ao nível do redimensionamento de um novo comércio instalado nas grandes superfícies. Todos nós já fizemos diagnósticos acerca disto, sabemos-lo muito bem. Portanto, eu diria que esta aquisição, e vejo a questão de uma forma singular, como digo como um marco do possível, porque se tentarmos de facto analisar os espaços disponíveis veremos que não são tantos assim e esta opção é uma opção absolutamente condicionada, não é? Portanto, esta aquisição no fundo tem aspetos positivos, vai aproximar os serviços dos espaços com facilidades já existentes, como é o caso do comércio, dos cafés, as praças. Não vamos dizer que uma coisa vai mexer com outra necessariamente, o que vamos dizer, é que de facto, quer dizer, do ponto de vista das facilidades já existentes, enfim, isso parece absolutamente inequívoco sobretudo para quem vai trabalhar para ali e naturalmente para quem vai usufruir também daquele espaço enquanto cliente, digamos assim, passe a expressão, enquanto cidadão. Portanto, digamos que nesta zona do monumental convívio no fundo com um urbanismo desinteressante e imóveis desocupados, nós podemos ter aqui de facto algum valor acrescentado em termos de revitalização urbana, sem dúvida que sim, não tenho dúvidas a esse respeito, porque pior do que está não pode estar. Portanto, digamos que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



analisando de forma muito realística, dir-se-ia então que os aspetos positivos poderão ser estes, mas também tem aspetos, também tem limitações. Portanto, há possibilidades e limites, e quais são os limites? Eu diria que os limites, enfim, ou as desvantagens residem no facto do documento nada nos dizer acerca de uma acessibilidade a um estacionamento folgado, não é? Portanto, há aqui constrangimento nesta matéria. Agora, se a Câmara vai conseguir efetivamente efetuar ajustes, no sentido de que haja gratuitidade na acessibilidade ao parque, não é, por um tempo considerado razoável para que possamos enfim, tratar dessa demanda burocrática, enfim, parecem-nos que é desejável que se pense este aspeto, que a nosso ver é um aspeto que mais constrange, porque de resto, não havendo aqui uma perspetiva estratégica porque não é essa a ideia, a ideia é no fundo otimizar uma situação que tem a ver com esta descentralização de competências, que foi também ela pouco planeada, no sentido em que o tipo de planeamento foi muito curto, tanto que, como se recordam, as autarquias obrigaram-se num curto espaço de tempo a dar resposta a esta trajetória da descentralização a vários níveis e, portanto, parece razoável a preocupação da Câmara em trabalhar já um espaço existente e, portanto, pensado a este nível. -----

----- No que toca digamos ao PRR, pois tanto quanto nós sabemos, a Câmara diligenciou o financiamento e esse financiamento apenas estava consignado para o balcão único, segundo nós conseguimos saber. Portanto, o PRR muitas vezes também tem o seu quê, enfim, de uma certa ideia expansionista que vai no fundo premiar todos os setores e verdadeiramente não é tanto assim, ou seja, parece que da parte do aparelho de estado ainda existem também constrangimentos acerca de uma visão de futuro, ou seja, hoje governa-se naquilo que nós podemos dizer do tempo da urgência das redes sociais, os governantes não têm tempo para pensar, ou mal têm tempo para pensar, e isto é constrangedor e penso que este debate acerca da aceleração do tempo em nós devia ser também feito, no sentido de vermos em que medida nós próprios queremos fazer da política um espetáculo e naturalmente que nos passa essa possibilidade, que aliás o senhor Paulo Canha abordou esses aspetos, justamente no sentido de pensarmos a possibilidade de criar espaço para a reflexão, para termos tempo para refletir sobre aquilo que cremos que seja o nosso futuro, e em que circunstâncias é que, de facto, nós podemos ter uma boa qualidade de vida. Portanto, nós ao nível do PS, o nosso sentimento é um pouco o de que este espaço sendo o possível não é o desejável. Por certo que eu não acredito que a própria Câmara o deseje senão como aquilo que efetivamente é possível neste momento. Agora, é óbvio que todos nós temos aspiração, não apenas a oposição, nós também temos aspiração a algo diferente para o nosso município e que de facto venha contemplado naquilo que nós poderíamos designar de um plano de desenvolvimento urbano. Portanto, esperemos, desejamos que efetivamente os nossos políticos tenham a consciência de que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



é necessário parar para pensar, para equacionar esta cidade no tempo, no espaço e naquilo que é a sua finalidade, ou seja, a da administração da vida pública dos indivíduos em termos de que ela possa realmente ser favorável naquilo que respeita aos diversos domínios, ao domínio ambiental, ao domínio social, da qualidade de vida, etc. Portanto, penso que todos nós desejamos ardentemente que isso possa ser assim, porque na verdade foi-nos alimentada essa esperança e foi-nos alimentada essa esperança naquela madrugada que de facto, eu procuro, pelo menos essa madrugada transmitiu-me uma certa ideia de educação e quando as pessoas falam eu costumo escutar, portanto, escuto-vos com todo o respeito e também desejaria que assim fosse quando nós estamos, porque a questão não é pessoal, não é, a questão é uma questão partidária de reflexão, porque quando nós reatamos aqui um espaço de reflexão já há alguém no desdém. Isto é pobre, é pobre, nós somos pobres, portanto é necessário que possamos estar frontalmente uns com os outros a discutir com base em correntes de pensamento, em ideias, e o desejo suponho que será efetivamente um desenvolvimento harmonioso da cidade, aliás à semelhança das experiências que têm sido feitas ao nível dos países nórdicos, como aliás o professor Américo acabou de mencionar há pouco, cuja intervenção agradeço imenso e com a qual nós nos identificamos. Muito obrigado, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, para dizer que está plenamente de acordo com o senhor deputado, Dr. Figueiredo. Só que ainda não fui esclarecida, e gostava de ser esclarecida antes de ir embora desta sessão da Assembleia Municipal, que trabalho técnico foi feito para fundamentar esta opção. Isto é muito simples, é uma pergunta muito simples, é uma questão muito simples e a resposta é muito simples. Aliás, eu até vou ajudar, se o senhor Vice-Presidente considera que um trabalho técnico em relação possa fundamentar esta opção, é um relatório de 2019 e uma carta de intenções por parte do IHRU. É só isto, se o trabalho técnico que o senhor Vice-Presidente ainda não me conseguiu esclarecer se foi feito ou se não foi, sendo certo que nós não estamos no âmbito da concretização dos nossos sonhos no exercício de mandatos, mas estamos na concretização de determinados mandatos. A minha questão é se foi realizado algum trabalho técnico que possa fundamentar esta opção, e se foi realizado o trabalho técnico, que trabalho técnico foi feito e se foi feito então que ponham esse trabalho técnico à nossa disposição, porque nesta deliberação não está. E outra situação, a questão é, depois de ouvir tantos serviços possíveis para aquele edifício, a minha questão é o seguinte. É intenção da Câmara elevar mais quatro ou cinco pisos sobre este edifício? É esta questão que eu deixaria, esta última questão. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano**, bom, em relação a este ponto, eu devo expressar aqui a minha desilusão, porque relativamente a uma coisa, a um assunto, a um dossiê que o executivo tem em mãos desde 2019, que é a data do primeiro relatório, esperava-se que trouxesse a lição mais bem estudada, e esperava-se que pelo menos respondesse cabalmente às perguntas que foram colocadas pelos deputados municipais. Portanto, foram aqui colocadas várias perguntas, a explicação que o senhor Vice-Presidente deu foi pouca ou nenhuma, e eu reitero, para ficar em ata, as perguntas que foram feitas. Primeiro lugar, se é intenção do executivo denunciar o contrato de arrendamento onde está instalado o balcão único, que a renda custa trinta e seis mil euros por ano, portanto novecentos mil euros dará para pagar muitas rendas desse imóvel, qual é o custo das obras, não me interessa a mim se é o IRN que as vai suportar ou não, tem que haver um custo, certamente isso já foi planeado, já foi minimamente orçamentado e terão um valor para indicar à Assembleia Municipal. E a pergunta também que a Daniela fez, qual é o destino que está previsto para as duas frações habitacionais, ou para os dois espaços habitacionais, aquilo não está constituído em propriedade horizontal, mas há dois andares que estão destinados à habitação. Portanto, o que é que o executivo lá pensa pôr, o que é que pensa fazer com essas frações. Portanto, pelo menos estas questões, estas três questões peço que respondam. -----

----- Relativamente ao estudo, já se percebeu, o silêncio também é uma fonte de informação, já se percebe que não houve estudo nenhum e que não houve esse cuidado. Disse. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Bloco de Esquerda **Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que pese embora, de facto, a simpatia que este ponto lhes nutre, porque ele volta a relembrar já trouxeram ali uma moção sobre a loja do cidadão. Portanto, eu acho que tal como diz o deputado Figueiredo Santos, acho que um espaço que faça congregar todos os serviços é sempre muito melhor do que a dispersão dos serviços que hoje se vive aqui em Portimão, portanto, mas que pese embora a simpatia que esta alínea nos nutre, nós não estamos satisfeitos com a fundamentação teórica que nos foi entregue e não estamos convictos que, de facto, este espaço seja dotado da acessibilidade, mobilidade, da capacidade que um espaço destes necessita. E acho que, quer dizer, se não é desejável, seria ajuizado, se calhar, não tomarmos como garantido e esperarmos algum espaço de tempo, fazer os tais estudos como aqui foram elencados, ou como aqui foram solicitados, trazer uma fundamentação mais robusta sobre reabilitação, custo de reabilitação, custo do edifício, todas estas perguntas já foram aqui elencadas. Portanto, se este espaço tem um custo se não seria



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



necessário, ou se não seria mais vantajoso partir para a construção de raiz e com todas as vantagens que isso traz para o município. Mais uma vez, pese embora a simpatia que esta alínea nos nutre, nós não vamos poder acompanhá-la. Muito obrigado, senhora Presidente. -----

----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, já foram aqui levantadas uma série de questões que já percebemos que este estudo não foi feito, gostaríamos de perguntar se há ou não património municipal e se esse património que exista não seria realmente mais viável para a construção de um edifício mais sustentável, porque da análise destes documentos também percebemos que este edifício tem um certificado energético F, não é? D, sim e, portanto, que seria, que se calhar a nível energético não será o mais adequado, portanto, todas estas questões levantadas e não esclarecidas, fazem-nos não entender o porquê da opção por este edifício, o porquê. Não conseguimos entender, já que não há qualquer estudo sobre a transformação para o atendimento público a valências pretendidas, desconhece-se também se tal como o membro desta Assembleia Marta Caetano e a Daniela frisaram nesta Assembleia, qual o destino dos dois pisos superiores que está afeto para habitação, se será para transformá-los no destino para serviços, devido a tudo isto, a CDU tem uma certa dificuldade em acompanhar esta proposta, embora tenhamos sido nós que por diversas vezes trouxemos a esta Assembleia e é nossa preocupação o estado da conservatória e a forma como serviços públicos e serviços da conservatória são prestados à população. Agora, também consideramos que não tem que ser o município a resolver um problema que cabe realmente ao estado central. Muito obrigado. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, eu relembro aqui aquilo que foi mais ou menos o primeiro parágrafo do despacho que consta neste documento e nesta deliberação que diz, «no reconhecimento de que as autarquias locais são a estrutura fundamental para a gestão dos serviços públicos numa dimensão de proximidade, a lei 50/2018 promoveu a descentralização de competências para as autarquias numa lógica de descentralização administrativa em diversos domínios, nomeadamente nas infraestruturas de atendimento ao cidadão». Portanto, há aqui uma lógica de raciocínio, nesta deliberação, curiosa que depois repassa para aquela ideia de que afinal a descentralização de competências promove essa responsabilização para os municípios, mas depois sabemos que isto não é acompanhado do devido envelope financeiro, ou seja, a responsabilização vai só, o ato em si, mas agora depois o financiamento para isto é que eu coloco, e colocamos mais uma vez em questão. Aliás, o município com esta aquisição patrimonial faz-se substituir ao estado e faz-se substituir ao estado da República, demonstrando que o governo do Primeiro-Ministro não dá



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



resposta aos problemas dos cidadãos que aqui mais uma vez se verifica. Aliás, o dinheiro dos contribuintes portimonenses vai financiar esta aquisição, quando deveria ser o inverso também, ou pelo menos se esta descentralização é feita devia ser acompanhado do envelope financeiro para tal. De qualquer das maneiras, a questão aqui que se coloca, é que, e agora a propósito daquilo que ouvi o senhor deputado, o excelentíssimo senhor deputado Figueiredo, o senhor José Figueiredo falar e porque gosta muito também, e permita-me estar a dirigir a si, mas permita-me senhora Presidente que o faça, ou peço à senhora Presidente que o faça, porque o senhor diz, e muito bem, que é, e gosta de substanciar as suas afirmações em dados concretos. Eu, permita-me e quem sou eu, enfim, dos poucos livros que tenho lido ao longo desta vida, li um que era de um senhor que era o Daniel Kahneman, foi prémio nobel da economia em 2002, e que o título do livro é *Pensar Depressa Pensar Devagar*. E o senhor o que é que faz, vai aliar questões da psicologia cognitiva à tomada de decisão, nomeadamente em ciência económica. Então ele remete, e isto é atual, nomeadamente para quem tem função de gestão pública, remete para aquilo que acabámos de ver aqui, porque aquilo que o senhor deputado Figueiredo acabou de dizer veio consubstanciar a ideia que eu tenho aqui, que é, afinal o senhor vem defender aqui uma causa e uma ideia que não existe concretamente, aquilo que está por básico consubstancia esta aquisição, ou seja, mais vale os senhores virem aqui e dizerem assim, olhem, isto é um bom investimento, isto até é um investimento que está e que vai ser comprado a mais do valor real que foi avaliado e, portanto, depois logo se vê o que é que se faz com isto. Porque consubstanciar isto tecnicamente não foi validado, não existe e, portanto, neste caso obviamente o Partido Chega não vai acompanhar esta deliberação, até porque também e até porque não nos podemos contrariar que achamos que os centros da cidade devem ser reabilitados, nomeadamente com algumas intervenções até desta ordem, mas primeiro decidam o que é que querem fazer concretamente, os custos previstos, se se adaptam ou não e depois tragam essa deliberação e estaremos cá para dar apoio se for preciso e se a decisão for boa para os munícipes de Portimão, como é óbvio que sim. Agora, mediante isto, aliás até porque ainda há bem pouco tempo, o nosso vereador também apresentou uma proposta da transferência do ninho de empresas no autódromo para o centro da cidade e não foi aprovada também e, portanto, mais uma vez vimos aqui uma série de contrariedades que não se coadunam com o investimento de um milhão de euros, mais uma vez sem estar em orçamento. Tenho dito.

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, aqui falou-se muito, isto sai um bocado fora deste ponto, mas falou-se muito aqui de trazer as pessoas para dentro da cidade, e aqui este executivo, não foi este executivo mas foi a governação PS, tirou as pessoas de dentro da cidade, ou seja, tínhamos o mercado municipal



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



acabaram com o mercado municipal, tiraram o mercado municipal da cidade e perdeu-se as pessoas pela cidade e também as próprias, como foi dito aqui, os hipermercados com estacionamento sem ser pagos, claro que também se deslocou as pessoas da cidade para a periferia. Dito isto, o que nós temos para conseguir fazer com que a cidade tenha outra vez pessoas? Aí digo que, se calhar, é melhor fazer um fundo imobiliário, ou fazer uma empresa municipal e comprar as casas velhas, reabilitá-las e dar a habitação social ou com renda acessível, é o que está a fazer a Holanda com a economia, que chamam-lhe a economia, agora chamam-lhe a economia circular, é isso que está-se a fazer e em Espanha também, no caso de Barcelona, é o centro de Barcelona para levarem as pessoas para dentro da cidade que não tinham capacidade, as pessoas que viviam dentro de Barcelona, que era um bairro ótimo que eu tive lá familiares a viver, a única maneira deles conseguirem ir para lá foi através da renda acessível, porque os apartamentos e as habitações eram tão caras que eles não conseguiam, a única maneira que a Câmara tem de fazer para pôr as pessoas dentro da cidade e os jovens dentro da cidade, não é com este tipo de edifícios, senão o Instituto de Emprego não tinha saído da rua da Hortinha, é um exemplo claro, ou a polícia não tinha saído daqui junto da Câmara, não tinha ido para um edifício que foi feito de raiz e que ainda hoje é funcional. Fica aqui este alerta e pensem nessa possibilidade, a única maneira de terem pessoas dentro da cidade é com a renda acessível e a própria Câmara ou um organismo do estado investir em habitação e reabilitação e com a renda acessível para que os jovens consigam viver dentro das cidades e com as suas famílias também, senão também no fim de contas faziam uma escola dentro da cidade, já agora tenho dito, que assim tinham as pessoas sempre dentro da cidade e mais a mais eu digo aqui também mais um alerta sobre este edifício, basta estar ali o carrinho da EMARP... e mais ou menos temos ali a ilha ecológica. Basta estar ali a carrinha a fazer uma recolha e ficamos meia hora ali no trânsito. Tenho dito. -----

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Paulo Jorge Nascimento Canha**, para referir que vão apresentar declaração de voto nas três deliberações, eu há pouco esqueci-me de referir. -----

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, realmente esta conversa foi muito produtiva, vimos quem é que quer trazer pessoas novamente para o centro da cidade então senhor deputado e, portanto, nós gostamos do centro da cidade, nós queremos reabilitar o centro da cidade e queremos trazer serviços cada vez mais para o centro da cidade. Eu ouvi-os com muita atenção e, portanto, agora estou eu a falar! -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



----- Depois disto, gostava também de dizer, não há mais nenhum edifício no centro da cidade com estas características e é por isso que nós fizemos o estudo das áreas funcionais, o IRN precisa de quatrocentos e cinquenta metros e quanto ao resto do serviço, é para ficar para os serviços da autarquia. E, portanto, senhora Presidente, têm vindo várias moções a esta Assembleia a pedir que os serviços do IRN que estão muito mal no sítio onde estão, não servem os portimonenses e quando se arranja uma solução para os portimonenses, é esta a resposta que temos aqui desta Assembleia. Portanto, ouvimos todos, têm todos a declaração de voto e muito bem, de resto é este o pensamento do executivo permanente e é esta aquisição que queremos fazer. Tenho dito, senhora Presidente. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o ponto 2-c) **Discussão e votação da aquisição do prédio urbano conhecido por “Edifício Alfagar”, sito em Portimão, descrito na Conservatória do Registo Predial de Portimão sob o nº 10427 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 5947, freguesia de Portimão – “Autorizar a Câmara Municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes a RMMG, e fixar as respetivas condições gerais”, nos termos da alínea i) do nº1 do art. 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09 - nos termos da Proposta - Deliberação nº 14/23**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU PCP/PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	5	0	0	2	1	1	0	9
VOTOS CONTRA	0	0	3	2	0	0	0	1	6

(*) Coligação “Portimão Mais Feliz” (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança). -----

----- Foi aprovada, **por maioria**, a aquisição do prédio urbano conhecido por “Edifício Alfagar”, sito em Portimão, descrito na Conservatória do Registo Predial de Portimão sob o nº 10427 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 5947, freguesia de Portimão, nos termos da Proposta - **Deliberação nº 14/23**. -----

----- Não havendo mais intervenções e terminada a ordem de trabalhos prevista para esta reunião, quando eram zero horas e vinte e dois minutos, a Presidente da Assembleia Municipal



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Isabel Andrez Guerreiro deu por concluída a 1ª Sessão Extraordinária de dois mil e vinte e três, realizada no dia seis de fevereiro, e para constar se lavrou a presente ata, que tem como suporte a transcrição dos registos fonográficos efetuados da gravação, de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, de acordo com o artigo setenta e um do Regimento.-----

-----De acordo com o instituído no número 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, bem como o número 11º do artigo 40º do Regimento da Assembleia Municipal de Portimão, relativamente às questões formuladas pelos cidadãos, não foi rececionada resposta por parte da Câmara Municipal. -----

-----E eu, Telma Maria Nunes Matias _____ Assistente Técnica, a prestar serviço no Gabinete da Assembleia Municipal Portimão a elaborei e assino, bem como os elementos componentes da Mesa da Assembleia Municipal de Portimão: -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

(*Isabel Andrez Guerreiro*)

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(*Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café*)

2º Secretária da Mesa da Assembleia Municipal

(*Sheila Gassin Tomé*)